

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**RAFAEL OLIVEIRA PAULINO**

**Gerações e atitudes políticas: uma análise da  
adesão à democracia na América Latina**

**Belo Horizonte  
2016**

**RAFAEL OLIVEIRA PAULINO**

# **Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, oferecido pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Mario Fuks**

**Belo Horizonte  
2016**

320 Paulino, Rafael  
P328g Gerações e atitudes políticas [manuscrito] : uma análise  
2016 da adesão à democracia na América Latina / Rafael Paulino.  
- 2016.  
89 f.  
Orientador: Mario Fuks.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1. Ciência política – Teses. 2. Democracia - Teses. 3. Politização - Teses. I. Fuks, Mario. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**RAFAEL OLIVEIRA PAULINO**

## **Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, oferecido pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

\_\_\_\_\_ : 26 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
**Prof. Mario Fuks (Orientador)**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP-UFMG)**

\_\_\_\_\_  
**Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro (PGC-UEM)**

## **Agradecimentos**

Este trabalho é dedicado aqueles que sempre me motivaram e tornaram a realização dessa jornada possível, minha família – minha mãe Maria Luzia, meu pai José Osvaldo, meu irmão Osvaldo e a minha irmã Bárbara. Dedico também a minha namorada Tassiana Borges, companheira durante boa parte dessa trajetória, que sempre me incentivou e demonstrou muito amor e carinho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG pela bolsa que me permitiu dedicar exclusivamente aos estudos. Agradeço também aos pesquisadores e as pesquisadoras do CECOMP (Centro de Estudos do Comportamento Político da UFMG), em especial ao coordenador do grupo Prof. Mario Fuks, pelas valiosas contribuições aos trabalhos que apresentei no centro de estudos, além do Prof. Ednaldo Ribeiro pelas sugestões e ajudas em modelos estatísticos.

Agradeço a todos os amigos e companheiros da pós-graduação e aos amigos Diego Cortezzi, Gabriel Casalecchi e Robert Bonifácio pelos bate-papos, leituras e críticas em todo esse percurso.

Agradeço a toda comunidade UFMG pelo convívio nesse período. A todos os professores do Departamento de Ciência Política (DCP) pela dedicação.

Não poderia me esquecer de agradecer ao meu orientador Professor Dr. Mario Fuks pela dedicação, paciência e orientação desde a Iniciação Científica.

Por fim, agradeço a gentileza de todos os membros da banca examinadora: Professores Bruno Reis e Ednaldo Ribeiro, por aceitarem o convite.

## RESUMO

O presente trabalho busca mostrar a relevância da socialização política em “novas” democracias. Examina-se a dimensão geracional da formação de atitudes políticas, mais especificamente a adesão à democracia. A pesquisa tem como objetivo principal identificar se existem diferenças entre os que possuem experiências de vida em diferentes regimes e os que foram socializados e só viveram em um regime democrático. Para esse propósito, são utilizados os dados do Barômetro das Américas relativos ao ano de 2012 e analisados 17 países latino-americanos com uma análise particular para o Brasil. Anteriormente, o estudo também utiliza dados do *World Values Survey* para um breve levantamento acerca dos possíveis e concorrentes efeitos do ciclo de vida. A partir da discussão de estudos, sobretudo, na área de geração e comportamento político, as gerações políticas são operacionalizadas nos países latino-americanos e no Brasil, além de indicadores para o legado democrático e autoritário desses países. Os resultados apontam a presença de efeitos geracionais sobre a adesão democrática para a América Latina, pois a geração que vivenciou os dois regimes apresenta, em geral, maior adesão à democracia na região. Por outro lado, a análise sugere que o legado democrático e o legado autoritário do país, medidos em termos do tempo e da qualidade dos regimes políticos, não afetam as gerações de forma distinta. Ainda, nota-se em análise específica para o caso brasileiro que há um efeito geracional para medida simples de adesão, mas quando se leva em conta uma medida mais robusta de apoio ao regime os efeitos desaparecem. Isso parece indicar uma complexidade do efeito geracional, que varia em relação a medida de apoio utilizada. A primeira medida coloca em evidência a comparação entre regimes (democrático e autoritário) e talvez por isso favoreça apoios distintos por parte das gerações.

**Palavras-chave:** adesão à democracia, gerações, socialização política, legado democrático, legado autoritário.

## ABSTRACT

This study examines the importance of political socialization in "new" democracies. It investigates the generational dimension of the political attitudes formation, specifically the support for democracy. The research aims to identify whether there are differences between those who have life experiences in different regimes and those who have been socialized and only lived in a democratic regime. For this purpose, the article uses the Americas Barometer 2012 data and analyzes 17 Latin American countries with a particular analysis for Brazil. Previously the study also uses data from the World Values Survey (1994-1999) for a brief review on the possible and concurrent life-cycle effect. Based on studies, especially in the area of generations and political behavior, political generations were operationalized in Latin American and Brazil, as well as indicators for the democratic and authoritarian legacy of these countries. The results show the presence of generational effects on democratic support in Latin America as the generation that experienced the two regimes has, in general, greater support for democracy in the region. On the other hand, the analysis suggests that the democratic legacy and the authoritarian legacy of the country, measured in terms of time and quality of political regimes, do not affect generations differently. Also, in analysis specific to the Brazilian case there was a generational effect for the simple measure of support for democracy, but when taking into account a more robust measure of regime's support the effects disappear. This seems to indicate a complexity of the generational effect, which varies according to the support measure used. The first measure highlights the comparison between regimes (democratic and authoritarian) and may therefore favor different support by the generations.

**Keywords:** support for democracy, generations, political socialization, democratic legacy, authoritarian legacy.

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Europa.

Gráfico 2 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Ásia.

Gráfico 3 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da América.

Gráfico 4 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Oceania e África.

Gráfico 5 - Percentual de Adesão à democracia por gerações políticas (socializadas em um ou dois regimes) em países da América Latina.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Categorização de gerações (“somente democracia” e “experiência política nos dois regimes”).

Tabela 2 – Exemplo do cálculo do legado democrático.

Tabela 3 – Legado democrático para os países da América Latina.

Tabela 4 – Exemplo do cálculo do legado autoritário.

Tabela 5 – Legado autoritário para os países da América Latina.

Tabela 6a – Média da Adesão à democracia (%) por variáveis independentes para cada país.

Tabela 6b – Média da Adesão à democracia (%) por variáveis independentes para cada país (continuação).

Tabela 7 – Adesão à democracia na América Latina - 2012.

Tabela 8 – Determinantes da adesão democrática na América Latina. Modelo hierárquico logístico.

Tabela 9 – Gerações políticas no Brasil, 2012.

Tabela 10 - Percentual de Adesão à democracia por gerações políticas no Brasil (2012).



Tabela 11 - Percentual de Adesão aos princípios democráticos por gerações políticas no Brasil (2012).

Tabela 12 – Regressão logística binária para adesão aos cinco princípios democráticos – Brasil (2012).

Tabela 13 – Regressão para adesão a democracia Modelo1 (convencional - logística) e Modelo2 (multidimensional - linear).

## SUMÁRIO

1) Introdução .....	1
2) Comportamento político e legados políticos .....	3
2.1 Geração e comportamento político .....	3
2.2 Teorias do efeito do ciclo de vida e do período .....	8
2.3 Geração e adesão à democracia .....	11
2.4 Legados democrático e autoritário .....	23
2.5 América Latina e Brasil .....	27
3) Metodologia .....	34
3.1 Desenho da pesquisa .....	34
3.2 Estratégias de pesquisa .....	35
4) Efeitos do ciclo de vida? Uma análise em escala mundial .....	44
5) Diferenças intergeracionais na adesão à democracia .....	51
5.1 Uma análise do apoio ao regime na América Latina .....	51
5.1.1 Análise Descritiva .....	51
5.1.2 Média da Adesão à democracia por variáveis independentes .....	52
5.1.3 Análise de regressão .....	53
5.2 Um olhar sobre o Brasil .....	59
5.2.1 Análise descritiva .....	61
5.2.2 Análise de regressão .....	64
6) Considerações finais .....	68
7) Referências Bibliográficas .....	71

## 1) Introdução

A literatura estadunidense investiga as dinâmicas da socialização política e seu impacto nas diferenças entre as gerações já há algum tempo (Mannheim 1928; Jennings e Stoker, 2004; Schuman de 2012). Para Mannheim, o surgimento de novas gerações políticas requer acontecimentos históricos importantes (*historical disruptions*), os quais afetam fortemente a socialização política primária. Outros autores observaram que os membros de uma geração tendem a compartilhar certas crenças e comportamentos (Delli Carpini, 1989, p.17-20; Schuman e Corning, 2000; Lochocki, 2010, p.18). A literatura comparada também ressaltou a relevância das experiências geracionais na formação de atitudes políticas e enfatizou, principalmente, eventos históricos que transformaram as sociedades industrializadas, identificando diferenças sistemáticas de valores entre gerações industriais e pós-industriais (Inglehart e Welzel, 2005).

No entanto, o estudo sobre geração política nos países da “terceira onda” democrática não tem despertado o interesse dos pesquisadores, em especial, a comparação entre os nascidos e criados no ambiente político democrático e aqueles que tiveram experiência política com mais de um regime. Diferentemente das democracias mais antigas, convivem, nesses países, gerações socializadas no período autoritário e gerações mais jovens, socializadas no período democrático.

Nesse sentido, alguns autores têm afirmado a importância de se considerar a experiência tanto do novo quanto do antigo regime nas análises sobre o comportamento político em novas democracias (Mishler e Rose, 1999, 2002, 2007). No contexto brasileiro, Moisés vem enfatizando a permanência de traços culturais autoritários e atitudes incompatíveis com a democracia, que convivem com valores democrático-liberais, trazendo dificuldades para o fortalecimento do regime democrático (Moisés, 1995, 2005, 2008). A dimensão geracional certamente é relevante para compreender a presença desses padrões de atitudes ambivalentes.

Seguindo nessa direção, o presente trabalho busca, como objetivo geral, examinar se existem diferenças em relação à adesão democrática entre gerações que foram socializadas em diferentes regimes e que, por isso, podem comparar esses regimes e gerações que tiveram experiência política somente no regime democrático.

Verificaremos se as gerações mais velhas apoiam mais o regime democrático do que as gerações mais novas. Já existem trabalhos ressaltando que isso se deve ao fato de as gerações mais velhas terem tido contato direto com o regime autoritário, enquanto as mais novas foram socializadas exclusivamente no regime democrático.

Pretendemos ainda qualificar essa interpretação, buscando avaliar se o tempo e a qualidade dos regimes democráticos e autoritários condicionam o efeito geracional. Os resultados preliminares indicam que, ao contrário do que esperávamos, os legados democrático e autoritário não têm impacto sobre o efeito geracional. Para a análise do problema de pesquisa, são desenvolvidas discussões teóricas e empíricas.

O tratamento empírico realizado recai inicialmente em análises exploratórias dos efeitos do ciclo de vida testados em escala mundial com dados do World Values Survey(WVS). Esse panorama geral nos permite endossar com mais confiança que os efeitos geracionais porventura encontrados futuramente não são simplesmente efeitos da passagem da vida, uma vez que não se verifica um padrão universal de adesão à democracia associado a determinadas fases da vida. Posteriormente são feitas análises para verificar os efeitos geracionais nos países da América Latina e também uma análise específica para o Brasil utilizando dados do Barômetro das Américas de 2012.

A dissertação está dividida em cinco seções: (1) introdução; (2) referencial teórico, no qual se busca enquadrar a análise empreendida em teorias relacionadas a temática; (3) metodologia, apresentando o desenho de pesquisa e as estratégias de pesquisa utilizadas; (4) “efeitos do ciclo de vida?” Seção em que realizamos testes dos efeitos do ciclo de vida em escala mundial, sendo feitas análises descritivas para verificar se existe um padrão universal da adesão à democracia associado a determinadas fases da vida; (5) diferenças intergeracionais na adesão à democracia, aqui são feitas análises para verificar os efeitos geracionais nos países da América Latina e também uma análise específica para o Brasil; e (6) considerações finais.

## **2) Comportamento político e legados políticos**

### **2.1 Geração e comportamento político**

A principal questão quanto à identificação das gerações políticas está em detectar quais situações ou eventos são mais susceptíveis de influenciar e marcar o comportamento político dos cidadãos. Por isso, identificar gerações requer primeiramente uma compreensão de como a socialização política ocorre e como ela pode resultar em diferentes gerações.

Através das experiências de socialização em que os indivíduos estão rotineiramente expostos é que ocorre a formação das atitudes políticas. Muitos estudos foram feitos desde os anos 1960 por psicólogos e cientistas políticos na tentativa de compreender qual fase exatamente da vida seria mais propensa na obtenção de crenças, valores e opiniões que formam as atitudes políticas dos indivíduos que o influenciarão por toda a vida. Tais estudos também verificavam quais agências de socialização (família, escola, trabalho, grupo, mídia, etc) são mais críticas na constituição das atitudes e comportamentos políticos. Portanto, seria pela socialização política que se formam valores, predisposições, concepções e atitudes que são a origem para o comportamento político.

Podemos observar uma primeira tradição de estudos de socialização focada nos processos socializadores que ocorrem nos primeiros anos de vida, na família e escola, deixando efeitos duradouros que permanecem na fase adulta, sendo aqui a “mudança” pensada de forma lenta e gradual, por exemplo, ocorrendo pelas substituições de gerações. Já a segunda tradição de estudos ressalta que a socialização política acontece em todas as fases ao longo da vida e a socialização primária não seria capaz de impedir rupturas profundas entre as gerações, em razão da possibilidade de mudanças de curto e médio prazo.

A primeira tradição ressaltava o peso da socialização infantil em detrimento de possíveis modificações significativas posteriores nas atitudes políticas do indivíduo. Tinham os pressupostos de que as orientações políticas são aprendidas durante a infância; que o aprendizado infantil modela qualquer modificação posterior; e que a escala das modificações posteriores seria pequena. Uma explicação para tanta atenção

dada a infância e adolescência nesses estudos seria a de que quando mudanças nas orientações políticas dos adultos ocorrem elas seriam relativamente pequenas ou somente com pequena importância política. Entende-se aqui que as orientações políticas fundamentais são firmemente plantadas nos primeiros anos da vida de um indivíduo. (SEARING, WRIGHT E RABINOWITZ, 1976, p. 83).

De acordo com Niemi e Sobieszek (1977, p. 210), na década de 1970 aparecem estudos relativizando a rigidez colocada na infância como primazia da socialização em relação as demais fases da vida. Percheron (1971), por exemplo, reagiu contra esse modelo, enfatizando que a socialização é um processo permanente, que ocorreria por toda a vida, com eventos marcantes do mundo adulto (trabalho, casamento, mudança, serviço militar) podendo modificar atitudes. (PERCHERON, 1971 apud SCHMIDT, 2000). Jennings e Niemi (1981) também ressaltam a socialização como processo permanente, resultante do conjunto das experiências vivenciadas pelo indivíduo, desde a infância até o final da vida.

Dessa forma, torna-se precisa a proposição formulada por Peter Berger e Thomas Luckmann de “socialização primária” e “socialização secundária”. A primeira é a que ocorre na infância e na qual a família exerce uma grande influência. A socialização secundária é todo processo subsequente, que introduz o indivíduo em novos setores (submundos institucionais). (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 184-185). Cabe destacar que as transformações parciais de atitudes seriam corriqueiras na socialização secundária, sendo um mecanismo de adaptação.

Os estudos geracionais podem ser concebidos como uma interpretação singular dos efeitos da socialização política. O clássico ensaio de Karl Mannheim (1928), postula que a socialização política durante a juventude é fortemente influenciada pelas circunstâncias históricas existentes. Nesse sentido, atitudes compartilhadas devem ser discerníveis entre indivíduos que experimentaram os mesmos eventos durante o que Mannheim chama de seus “anos de formação” - entre 18 e 25 anos -, de tal forma que uma geração política distinta surge e permanece identificável apesar das complexas influências dos períodos posteriores.

Essa primeira geração de estudos se concentrou em aspectos como a relação entre a biologia e o social, a natureza do tempo, a relação entre biografia e história,

entre mudança pessoal e social, os mecanismos da mudança social, e as conexões sociopsicológicas da linguagem e do conhecimento. (PILCHER, 1994). Estudos mais recentes, ainda se ancoram em muitas das premissas anteriores. Jennings (1996) ressalta que há evidências de que as atitudes e memórias sobre importantes acontecimentos políticos adquiridos antes e no início da vida adulta têm mais probabilidade de serem lembradas e imbuídas de importância, contribuindo assim para características compartilhadas entre os membros de uma coorte<sup>1</sup> de nascimento.

De acordo com esta tese dos "anos impressionáveis" (*impressionable years*), importantes acontecimentos políticos definem o que é marcante e significativo para os jovens quando eles encontram pela primeira vez o mundo político. Esses eventos, no entanto, são menos importantes para os adultos, que tendem a assimilar novas experiências em um quadro de atitudes consolidado. Este processo de socialização produz coortes ou "gerações políticas" distintas, que então respondem com alguma coesão de atitudes e comportamentos aos novos acontecimentos políticos. Quando isso ocorre, a coorte resultante pode ser distinguida de gerações anteriores ou posteriores que passaram por anos de formação em diferentes circunstâncias.

No âmbito dos estudos sobre comportamento político, Putnam (2000) é um dos autores que utiliza o conceito de geração como ferramenta analítica, tal como se pretende realizar no presente trabalho. O autor analisa o declínio da confiança social e do associativismo na sociedade americana, identificando que as pessoas nascidas entre os anos 1920 e 1940 (um grupo que tem sido chamado de "*the long civic generation*") são mais confiantes e participativos, enquanto os nascidos posteriormente são menos. Para Putnam, a explicação da falta de confiança por parte da geração dos "*baby boomers*" americanos está associada a ausência de capital social devido ao declínio de atividades coletivas, o autor também ressalta os efeitos de eventos políticos negativos que presenciaram na juventude como a guerra do Vietnã e o escândalo de Watergate (Putnam, 2000, p.257).

O autor constatou a mudança geracional como um fator muito significativo em seu estudo. A "*long civic generation*", nascida no primeiro terço do século XX, está

---

<sup>1</sup> O termo coorte muitas vezes é utilizado como sinônimo de geração, apesar de estar mais relacionado a demografia. De maneira simplificada pode ser entendido como o conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu no mesmo período.

agora saindo de cena e seus filhos e netos (“*baby boomers*” e “geração X”) são muito menos engajados na maioria das formas de vida comunitária. Putnam (2000) analisando os resultados de dados longitudinais para os Estados Unidos constata que cada geração que atingiu a idade adulta desde os anos 1950 tem sido menos envolvida nos assuntos da comunidade do que sua antecessora imediata. Ressaltando que por qualquer critério, essas diferenças intergeracionais são extraordinárias. Controlando por disparidades educacionais, os membros da geração nascida na década de 1920 pertencem a quase o dobro de associações cívicas do que os membros da geração dos seus netos nascidos no final dos anos 1960 (cerca de 1,9 associações per capita, em comparação com cerca de 1,1 associações per capita). Os avós são duas vezes mais propensos a confiar em outras pessoas do que os netos (50 por cento versus 20 por cento). Eles também votam quase o dobro da taxa das coortes mais recentes (80-85 por cento contra 45-50 por cento). Os avós são quase duas vezes mais interessados em política (55 por cento vs. 30-35 por cento) e possuem quase duas vezes mais probabilidade de frequentar a igreja regularmente (45 por cento versus 25 por cento). Ainda, são duas vezes mais propensos a trabalhar em um projeto comunitário (35 por cento o fez no ano anterior, em comparação com 15-20 por cento da geração mais jovem). Os avós são quase três vezes mais propensos a ler um jornal diário (75 por cento versus 25 por cento) do que o grupo mais jovem, e eles fornecem a maior fatia de audiência para o noticiário de televisão. (PUTNAM, 2000, p. 254).

Outros estudos, analisando o ativismo dos jovens, mostram que há uma redefinição do sentido e padrão de engajamento por parte das gerações mais novas (Norris, 2002), verificando-se uma migração das formas convencionais de participação pautadas em instituições tradicionais do regime para formas não convencionais que estão fora das arenas institucionais e possuem caráter mais direto. Dalton (2009), por exemplo, constatou, para os Estados Unidos, um maior comparecimento eleitoral e a filiação partidária entre os mais velhos, enquanto são os jovens que participam mais em boicotes e manifestações. Apesar desses autores se referirem a diferenças entre gerações no tocante a participação, diversos estudos que veremos mais adiante ressaltam também a presença de efeitos do ciclo de vida sobre essa atitude. Porém, um dos estudos mais aprofundados em tendências geracionais na participação irá defender a preponderância do fator geracional para o comparecimento eleitoral americano. Miller e Shanks (1996)



ênfaticamente que uma tendência secular de longo prazo gerou um declínio da participação, com a geração pós-New Deal estando consistentemente menos propensa a votar do que os seus pais ou avós. Como afirma Norris (2002) em relação ao estudo dos autores: "*This phenomenon was not a product of life cycle or aging, they suggest, but rather represents an enduring shift among the generation who first came to political consciousness during the turbulent politics of the 1960s.*". (NORRIS, 2002, p.89).

Por sua vez, de acordo com a tese de Inglehart, os jovens, devido à redução das restrições materiais, cognitivas e sociais à escolha humana, estariam cada vez mais propícios à mudança da ênfase nos valores de sobrevivência para a ênfase nos valores de auto-expressão e de um enfoque coletivo para um enfoque individual, com maior capacidade de agir conforme as suas escolhas pessoais. Embora céticos em relação ao funcionamento das instituições democráticas hoje, as novas gerações apoiariam fortemente os valores e princípios democráticos, tais como as liberdades individuais e direitos humanos. (Inglehart e Welzel, 2005).

Tessler et al (2004) com base em *survey* de 1995 para Argélia buscam entender as dinâmicas geracionais em um país afetado por mudanças políticas e sociais dramáticas. Os autores dividem a história da Argélia em cinco grandes períodos, marcados por eventos de grande importância nacional e verificam se efeitos geracionais seriam discerníveis nas atitudes políticas, sociais e econômicas dos indivíduos que passaram pelo menos seis anos do seu período formativo sob algum desses períodos citados. Chegam a conclusão que no que se refere as atitudes políticas, os resultados indicam que efeitos geracionais são incomuns na Argélia, um país que experimentou mudanças de regime frequente e significativa instabilidade política. Concluem com base nos achados que "*when cohort effects do form, they are disproportionately likely to involve views about the character of the political system*". (TESSLER et al, 2004, p.202).

Mattes e Bratton, 2007, em estudo sobre a democracia na África, buscam testar três diferentes teorias que teriam relações com diferentes legados institucionais: a "geracional", a do "aprendizado ao longo da vida" (*lifetime*) e a "coletiva"<sup>2</sup>. Então,

---

<sup>2</sup> A teoria "geracional" que os autores buscam testar seria caracterizada por postular que existem diferenças significativas e consideráveis nas preferências de regime entre grupos, ou "gerações" que cresceram sob diferentes tipos de regimes (FINIFTER E MICKIEWICZ, 1992; SILVER, 1987; BAHRY, 1987;

operacionalizam o conceito de geração criando variáveis binárias que medem se o indivíduo completou 18 anos de idade, sob um regime “colonial”, “plebiscitário”, “militar”, “competitivo de um só partido” ou “multipartidário”. Posteriormente, para avaliar os efeitos de aprendizagem "ao longo da vida" (*lifetime learning effects*) criam variáveis que calculam o número total de anos (após os 18) que cada indivíduo viveu em cada tipo de regime. (MATTES & BRATTON, 2007).

## 2.2 Teorias do efeito do ciclo de vida e do período

Embora intuitivamente atraente, também se deve considerar que a existência de “efeitos de geração” tem recebido apenas apoio moderado em pesquisas empíricas como descreve Schlegel (2010). Além disso, várias perspectivas de análise desafiam a proposição de que a socialização no início da vida adulta (*early adult socialization*) dá origem a gerações políticas. Primeiro, alguns argumentam que enquanto os indivíduos adquirem atitudes políticas durante os “anos impressionáveis” da juventude, os acontecimentos políticos nacionais ou internacionais exógenos podem não ser os fatores mais influentes. Outras considerações, como a estrutura familiar, escolaridade, raça, classe e circunstâncias econômicas, podem criar um grau de variabilidade dentro da geração que torna difícil ou mesmo impossível distinguir padrões entre elas (SHANAHAN, 2000 apud SCHLEGEL, 2010).

Em segundo lugar, o "modelo de abertura à mudança ao longo da vida" (*lifelong openness model*) sugere que a mudança de atitude ocorre continuamente durante toda a vida adulta. Alguns estudiosos visualizam a mudança de atitude, principalmente em função do envelhecimento ou ciclo da vida. Enquanto os indivíduos amadurecem, eles encontram novas circunstâncias sociais e pessoais, incluindo

---

MILLER, HESLI E REISINGER, 1994; e ABRAMSON E INGLEHART, 1998. Ver também ROSE, MISHLER E HAERPFER, 1998; e SHIN, 1999). Já a teoria do “aprendizado ao longo da vida”, diferentemente da anterior, coloca que as lições aprendidas sobre os regimes autoritários ou democráticos não devem diferir por geração, mas de acordo com a experiência individual acumulada com uma variedade de diferentes regimes, desenvolvendo uma gama de lições sobre os regimes políticos acumuladas ao longo de uma vida inteira. (ACHEN, 1992; ROSE, MISHLER E HAERPFER, 1998). A noção de aprendizagem "coletiva" aponta para efeitos históricos “de período” que impactam um conjunto de aprendizados comuns para todas as pessoas de um país, independentemente da idade ou geração (BARNER-BARRY E ORENWEIN, 1985). Os acontecimentos dramáticos de transições políticas poderiam fornecer tais efeitos, criando uma ressocialização comum a todas as pessoas e uma ampla transferência de lealdade ao regime (BERMEO, 1992; SCHMITT-BECK E VOLTMER, 2003; GUNTHER, MONTERO E TORCAL, 2003). (MATTES E BRATTON, 2007).

faculdade, emprego, casamento, criação de filhos e aposentadoria. Cada fase da vida traz novas funções e responsabilidades, alterando interesses e experiências e modificando atitudes como resultado.

Sobre os primeiros estudos na temática do ciclo de vida, Fillieule (2013) destaca a ideia básica predominante de que as necessidades específicas de cada estágio da vida resultariam na adoção de determinadas atitudes políticas. O autor destaca que a abordagem do ciclo de vida teria sido principalmente interessada em explicar a rebeldia adolescente e, mais raramente, o conservadorismo dos idosos, além de tentar atribuir o protesto social na década de sessenta às necessidades e características do ciclo de vida dos jovens, e os profundos conflitos emocionais entre jovens e adultos (FILLIEULE, 2013).

Se por um lado os estudos já apresentados de Putnam (2000), Norris (2002) e Dalton (2009) ressaltavam os efeitos da idade, por vezes na forma geracional, no tocante a participação política, de outro lado, há estudos que sustentam premissas dos efeitos do ciclo de vida na participação. Por exemplo, aqueles que argumentam sobre as abundantes evidências de que a juventude, com sua propensão a se rebelar contra as normas tradicionais e desafiar a autoridade familiar, tem sido uma grande operadora de ideias revolucionárias (Braungart, 1975). Watts (1999) analisa a relação entre o protesto e idade na Alemanha encontrando uma relação em formato de “U” invertida: com um aumento constante no potencial de protesto até meados da idade de 20 anos e um declínio monotônico depois. O estudo de Leighley (1995) constata que a participação na política convencional, ao contrário, é mais presente para indivíduos de meia-idade. Existem ainda os estudos de Fieldhouse, Tranmer e Russell (2007) sobre os resultados das eleições nacionais de 22 países europeus, que indicam que os jovens são menos propensos a participar do que os eleitores mais velhos.

Estudos sobre participação política têm utilizado muitas das teses do ciclo de vida. A participação seria afetada pelas oportunidades e constrangimentos próprios a cada ciclo, muitas vezes se constatando um efeito curvilíneo em sua relação com a idade. (MILBRATH & GOEL, 1977; NORRIS, 2004). Para os indivíduos mais jovens seria baixa, aumentando progressivamente até voltarem a retroceder novamente com os mais idosos. A explicação recai nas fases “*start-up*” e “*slow-down*” do engajamento

político. Por um lado, os jovens estão em sua fase de maior mobilidade social, aquisição de domínio da política e instabilidade profissional e então participam mais, por outro lado, os mais velhos estão numa fase de afastamento da vida profissional e por razões fisiológicas (fadiga, doença, imobilização) tendem também a participar menos na vida política. (MAGALHÃES & MORAL, 2008).

Muitos estudos também demonstram que os cidadãos mais velhos tendem a votar mais do que aqueles mais jovens tanto em países desenvolvidos (LEIGHLEY, NAGLER, 1992; WOLFINGER, ROSENSTONE, 1980) como nos países em desenvolvimento (NIEMI, BARKAN, 1987) como relatam em recente trabalho Carreras e Castañeda-Angarita (2012). Eles conseguem corroborar empiricamente a tese com dados para 17 países latino-americanos. Uma possível explicação expressa pelos últimos autores seria a de que os eleitores jovens poderiam ficar desorientados pelas diferentes opções eleitorais, preferindo assim não votar. A experiência política seria adquirida ao longo do tempo, podendo levar vários anos, com os cidadãos se deparando com questões políticas concretas, discutindo sobre política no trabalho ou em suas redes sociais. (CARRERAS & CASTAÑEDA-ANGARITA, 2012).

Além do modelo geracional e do ciclo de vida, há um terceiro modelo explicativo da formação das atitudes políticas, o qual destaca os efeitos do período (grandes eventos históricos). A ênfase aqui recai nas mudanças em larga escala de atitudes que ocorrem não apenas para as gerações em particular, mas para a população em geral, com impacto semelhante para pessoas de todas as idades, com os efeitos de período superando os de geração. Aqui se argumenta que choques externos dramáticos, incluindo guerras, epidemias e revoluções, afetam os indivíduos, independentemente da idade ou pertencimento a certa geração (BECK & JENNINGS, 1979). Uma explicação para efeitos de período é que as populações reagem a eventos e condições. Estes incluem depressões econômicas e crises, o aumento dos índices de criminalidade, e os eventos críticos, como, por exemplo, os ataques de 11 de setembro. Por exemplo, existem alguns estudos que argumentam que houve um ressurgimento dos níveis de confiança social dos americanos após o 11 de setembro, a partir da evidência de que os cidadãos se apoiaram mais durante nesse período de superação da crise (GROSS et al., 2004 apud WILKES, 2011).

Apesar das perspectivas concorrentes dos efeitos do ciclo de vida e do período, a pesquisa empírica fornece apoio para a existência de efeitos de geração. Além disso, vários fatores podem nos ajudar a entender por que as gerações políticas são encontradas somente em alguns casos. Em primeiro lugar, muitos eventos políticos, que para alguns poderiam suplantar os efeitos geracionais, não são muito salientes, particularmente para os jovens (SEARS & VALENTINO, 1997). Embora a política nacional possa desempenhar um papel importante na socialização política, pesquisas disponíveis sugerem que as memórias e atitudes formadas em torno de eventos nacionais podem persistir apenas no que diz respeito a questões de alta visibilidade que são discutidas com frequência durante os anos de formação de um indivíduo. Tais questões atraem fortes fluxos de informação ou estão sujeitas a contínuos embates e interpretações. A título de ilustração, Jennings (1987) conclui que os eventos nacionais importantes relacionados com a Guerra do Vietnã fomentaram atitudes semelhantes na “geração de protesto”, que amadureceu durante a década de 1960 nos Estados Unidos. No entanto, os jovens não são susceptíveis a formar opiniões duradouras sobre questões de baixa visibilidade, como as prioridades dos gastos governamentais ou decisões de política externa, a não ser que aconteça de excepcionalmente se tornarem salientes por uma guerra ou algum outro evento maior (SEARS & VALENTINO, 1997).

Apesar destes desafios teóricos e empíricos, acreditamos que, se o conceito de geração política tem valor deve ser possível identificar e distinguir gerações em novas democracias, que experimentaram recentemente ao menos dois tipos de regimes políticos.

### **2.3 Geração e adesão à democracia**

Com o surgimento de novas democracias no decorrer do século XX, cientistas políticos partiram em grandes empreendimentos transnacionais para investigar em que medida os cidadãos acreditam que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo. Projetos como o “*New Democracies Barometer*”, “*Afrobarometer*”, “*Latinobarômetro*”, “*AmericasBarometer*”, dentre outros, têm perguntado cidadãos de cada região do mundo diversas questões sobre valores e atitudes políticas, mas poucas questões têm atraído tanta atenção e interesse, como as relativas as crenças sobre a democracia. Podemos dizer que há décadas um dos maiores desafios desses

pesquisadores é explicar em que condições, com que estabilidade, o quanto e o porquê os cidadãos apoiam a democracia. Essa preocupação está relacionada à ideia de que a legitimidade política é um ingrediente importante para a estabilidade e consolidação da democracia (Linz e Stepan, 1996). A estabilidade da democracia depende da legitimidade popular: os cidadãos devem vê-la como "a forma mais adequada de governo para a sua sociedade" (Diamond, 1990, p 49). David Easton já em 1965 reforçava essa ideia com o argumento que o funcionamento e sobrevivência dos regimes democráticos dependeriam do desenvolvimento de vasto apoio popular ao regime e que a reserva de apoio de massa poderia facilitar a governança e certa concordância com as decisões governamentais por parte dos cidadãos mesmo que possuíssem preferências políticas divergentes. Atualmente o entendimento é que legitimidade refere-se ao apoio às normas, valores e princípios inerentes ao regime democrático (Norris, 1999; Moisés, 2005). Assim, muitos estudos sustentam que a legitimidade é uma dimensão importante na vida política das democracias, em que a concordância do público com as políticas do governo não depende somente da coerção.

Muito relevantes entre os estudos que tem avançado na temática da adesão à democracia estão aqueles que destacam a multidimensionalidade da legitimidade política. Easton (1965) em trabalho inicial sobre o assunto definiu a legitimidade como o apoio político ou a aceitação de um cidadão do direito do governo de governar, “(...) *the conviction on the part of the member that it is right and proper for him to accept and obey the authorities and to abide by the requirements of the regime.*” (EASTON, 1965, p.278). Ele dividiu esse apoio em difuso e específico, argumentando em favor de uma conceituação multidimensional da legitimidade, ao invés de uma única medida para o apoio dos cidadãos ao sistema político. Easton dividiu a legitimidade entre componentes mais gerais, relativos ao apoio à comunidade e ao regime, e o apoio mais específico para as autoridades. Muitos estudos se atrelaram empiricamente a conceituação de Easton, encontrando evidências a favor e definindo melhor os componentes que compõem o apoio difuso e específico.

Nesse sentido, Norris (1999) propôs uma conceituação de cinco componentes dividindo as categorias de Easton em: 1) o apoio à comunidade política, 2) a adesão ao regime, 3) a avaliação de seu desempenho prático, 4) o apoio as instituições e, por fim, aos 5) atores políticos. A adesão ao regime diz respeito às crenças em valores

democráticos fundamentais e princípios, tais como a importância de ter um sistema político democrático com eleições livres e justas e uma firme rejeição de alternativas não democráticas de regime. A dimensão de desempenho do regime diz respeito à percepção dos cidadãos sobre o funcionamento do regime democrático, como a satisfação com o desempenho real do sistema político (Norris 2011; 1999; Booth & Seligson 2009). Essa discussão moldou em grande parte como os estudiosos conceituam legitimidade no âmbito de um quadro multidimensional. Booth e Seligson (2009) descobriram que essas dimensões previstas por Norris e outros (Dalton 1999, Klingemann 1999, Newton 1999) também são encontradas em outras regiões, com alguma variação entre os países, em um estudo empírico rigoroso para oito países da América Central. Sendo que em trabalho anterior, específico para a Costa Rica, Booth e Seligson (2005) encontraram uma dimensão adicional de apoio para o governo local que até então esteve em grande parte ausente das pesquisas de legitimidade.

Mesmo com tais considerações acerca do caráter multidimensional da legitimidade, muitas análises têm focado na dimensão do apoio aos princípios do regime reduzindo-a em “apoio à democracia” pela chamada “hipótese de Churchill”<sup>3</sup>. Por um lado, essa alternativa tem mérito ao simplificar a análise, focalizar uma única dimensão do apoio e não confundir o entrevistado com nuances do regime democrático. Além disso, essa medida destaca a possibilidade de competição entre os regimes políticos e conseguiria desvelar as preferências dos cidadãos. Por essa medida os cidadãos considerados democratas são aqueles que, mesmo diante de todos os problemas que a democracia possa ter, consideram ela a melhor opção – ou, pelo menos, a “menos ruim” – dentre as alternativas (Mishler e Rose, 1999). Por outro lado, alguns estudos mais recentes têm problematizado a opção por essa medida. Uma crítica de caráter metodológico salienta o problema com o uso de medidas com a palavra “democracia” em função do viés da “desejabilidade” social que enviesam as respostas no sentido democrático e outro problema em função das interpretações diferentes do termo dependendo do público que está sendo pesquisado. (Seligson, Booth & Gomez, 2006).

---

<sup>3</sup> A chamada hipótese de Churchill decorre da famosa frase de Winston Churchill, que chamou a democracia de: “*the worst form of government, except for all those other forms that have been tried from time to time.*” (um discurso na Câmara dos Comuns em 11 de novembro de 1947). Nas pesquisas empíricas ela é composta por meio da seguinte pergunta em questionários: “Para você, a democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível à democracia; para você, tanto faz um regime democrático ou um regime não democrático?”.

Também existem críticas de cunho teórico, chamando atenção para a perda de complexidade da ideia de democracia quando se reduz o apoio a uma única pergunta de preferência por regimes. (Fuks et al., 2014). Nesse sentido, Booth e Seligson (2009) argumentam que o apoio aos princípios intrínsecos a democracia como participação e tolerância seriam mais relevantes que a pura e simples adesão ao regime. Segundo Fuks et al (2014) embora os autores não tenham desenvolvido o argumento, o insight abriu caminhos para frutíferas interpretações do fenômeno, analisado não mais como uma única atitude, mas como um conjunto delas que estão interligadas a diferentes princípios da democracia. Assim, os autores propõem uma medida multidimensional de adesão composta por determinados princípios que, de forma mais ou menos consensual, estão no cerne do conceito de democracia e em relação aos quais os cidadãos podem ou não manifestar seu apoio (competição política, participação, limitação do poder Executivo, estado de direito e tolerância política) e buscam entender como cada uma dessas “peças” está conectada e estruturada. (Fuks et al., 2014; 2015).

Esses estudos nos mostram diferentes medidas que têm sido empregadas para se medir a legitimidade política. Dependendo do objetivo da pesquisa uma medida simples de comparação entre regimes, mesmo com as suas limitações, mas que lembre claramente ao entrevistado o regime anterior (como a “hipótese de Churchill”) pode ser mais interessante para captar o efeito da memória/experiência no regime anterior. Diferentemente, uma medida multidimensional, que testa quão democráticas são as crenças de um indivíduo em torno de vários princípios e valores democráticos, pode captar melhor a força e consistência do apreço ao regime e detalhar quais princípios são mais valorizados pelos cidadãos em determinado contexto.

Inúmeros estudos têm avançado na análise da adesão à democracia, abordando temáticas variadas. No clássico estudo de Almond e Verba (1964) já encontramos elementos para pensar os fatores determinantes da legitimidade democrática. Eles destacam o papel das orientações políticas subjetivas dos indivíduos (conjunto de crenças, valores e atitudes) para a estabilidade dos regimes democráticos. Para eles a estabilidade do regime democrático dependeria de uma cultura política congruente como o mesmo, para além da modernização e das instituições políticas. Já autores como Inglehart e Welzel (2005) vão se aproximar da concepção da modernização (Lipset, 1959) ao defenderem a tese de que o progresso econômico conduz à democracia, apesar



de acrescentarem que essa relação ocorreria por intermédio do desenvolvimento de valores pós-materialistas de autoexpressão. Os valores de *autoexpressão* estão diretamente relacionados com o sistema democrático, uma vez que “[...] valores mais sólidos de autoexpressão colocam as instituições sob crescente pressão para assegurar liberdade de escolha, corroendo a legitimidade do regime autoritário” e favorecendo a difusão do regime que melhor se adapta a esses valores, o democrático. (Inglehart & Welzel, 2005, p.203-204). Outros autores vão defender que as instituições democráticas favorecem um ambiente de aprendizado e habituação, que causa a formação de valores compatíveis com o regime democrático, ou seja, são as experiências e um ambiente político constituído por instituições democráticas que despertam os valores democráticos nos cidadãos. (Rustow, 1970; Diamond, 1999; Muller & Seligson, 1994). É a partir dessas três teorias (cultural, da modernização e institucional) que têm ocorrido os principais debates acerca da legitimidade do regime democrático, mas não necessariamente com uma excluindo a outra. Podemos dizer que tanto aspectos culturais de longo prazo quanto avaliações de curto prazo possuem grande relevância nas crenças e valores democráticos.

Dentre os estudos que têm avançado na análise da adesão à democracia, um dos fatores destacados como condicionante da adesão é o capital social. Apesar das diferenças na terminologia, os estudos sobre o impacto das normas cívicas na democracia têm uma longa história, que remonta pelo menos tão longe quanto Tocqueville no início do século XIX. Desde então estudiosos têm enfatizado o papel do engajamento em associações voluntárias e de grupos em contribuir para a democracia. Almond e Verba, por exemplo, concluem que: “*The existence of voluntary associations increases the democratic potential of a society. Democracy depends upon citizen participation, and it is clear that organizational membership is directly related to such participation*”. (ALMOND & VERBA, 1963, p.318).

Pesquisas empíricas também sugerem que a confiança, o envolvimento político e a democracia estão intrinsecamente relacionados (Putnam, 1996; Inglehart, 2002). Putnam (2006) chama atenção para a importância da confiança interpessoal no estreitamento dos laços comunitários, uma vez que o associativismo é a única forma viável para manter a democracia: assumindo assim, uma relação probabilística diretamente proporcional e de retroalimentação entre confiança e cooperação. De

acordo com Putnam (1993), comunidades cívicas ativas estão no cerne da criação de capital social. Entre os benefícios da vida associativa, há estudos que encontram uma maior tolerância e outros que destacam a maior participação política entre as pessoas que são mais civicamente engajadas (MCDONOUGH, SHIN & MOISÉS, 1998).

O associativismo também serve para aumentar a conscientização sobre questões, estender redes de informação, adotar normas de tolerância e cooperação, facilitar habilidades de negociação e liderança e desenvolver o sentido de eficácia dos seus membros, todas essas que são identificados como características da cidadania democrática. O modelo de cultura cívica de Putnam (1996) se baseia em atitudes e ações que resultam em padrões de orientações horizontais. Dentre esses fatores, destacam-se: cooperação, participação cívica, sentimento de reciprocidade, confiança interpessoal e política, ou seja, todos os elementos facilitadores de ações coordenadas em sociedade. Nesse sentido, o capital social gera cooperação e participação cívica e diz respeito a essas características, tais como confiança, normas e sistemas que facilitam as ações coordenadas em sociedade. Putnam chama atenção para a importância da confiança interpessoal no estreitamento dos laços comunitários: quanto maior a confiança, maior a probabilidade de haver cooperação, que, por sua vez, suscita mais confiança.

Outros autores vão postular que após o estabelecimento da democracia, a função do capital social se transforma em um dos valores favoráveis à consolidação do novo regime, através de associações que "ensinam a tolerância, promovem compromisso, estimulam a participação política, e treinam líderes" (Paxton 2002). Sublinhando a importância da sociedade civil, alguns estudiosos afirmam que grupos civis "devem se desenvolver a fim de estabelecer uma democracia mais profundamente enraizada, legítima e eficaz" (Howard, 2003, p.43; Diamond, 1994). Um dos estudos que examina especificamente a ligação entre capital social e apoio a instituições e processos democráticos é o de Gibson (2001) para a Rússia. O autor constata que, embora a participação em redes "fracas" (isto é, mais abertas e heterogêneas) contribui para um maior apoio, a confiança acaba por ser insignificante.

Desde Almond e Verba (1963) observa-se a importância do conceito de confiança como fundamental em todas as discussões estabelecidas nos estudos sobre

cultura política. A confiança estaria no cerne da cultura cívica ou do capital social. O ato de confiar, ou não, em instituições e atores políticos revela-se também variável importante nos estudos acerca da legitimidade e estabilidade democrática. De acordo com a teoria culturalista, os valores e normas, incluindo a confiança interpessoal e nas instituições públicas, são primordiais para desenvolver a organização social, a participação e a legitimidade do regime democrático (Almond e Verba, 1965; Putnam, 1996). Na separação entre apoio difuso e específico de Easton (1965), o primeiro está associado ao regime democrático como viés normativo de apoio aos princípios, e o segundo se refere aos elementos que representam o sistema prático como o apoio ou confiança nas instituições e atores.

Estudos futuros sobre o tema vão destacar que a desconfiança política é um fenômeno universal, que tem acometido tanto democracias consolidadas como novas democracias. Em diversas pesquisas a América Latina tem revelado baixos níveis de confiança nas instituições democráticas. Para Power e Jamison (2005), a região sofre de uma “síndrome de desconfiança generalizada”, que engloba a confiança interpessoal, institucional, descrença no desempenho do regime e em várias de suas instituições não-governamentais (POWER & JAMISON, 2005).

Apesar do padrão de desconfiança ser global, as causas e consequências podem variar entre diferentes contextos. Pesquisas na América Latina e Brasil insistem que a cultura política nessas regiões não pode ser interpretada sem levar em conta os elementos específicos desses contextos, como as grandes desigualdades sociais (Moisés, 1995; Baquero, 2002). Resquícios de traços autoritários herdados dos fortes regimes ditatoriais (Moisés, 2008), assim como a desconfiança generalizada não apenas nas instituições, mas, também, nas próprias relações interpessoais (Lagos, 1999; Power & Jamison, 2005).

Marta Lagos (2000) define o cenário latino-americano como marcado por uma cultura de desconfiança e aparência. A autora utiliza o conceito de *máscara sorridente* para definir a imagem da cultura cívica latino-americana como encerradas em atitudes e visões que são produtos da tradição autoritária e da pobreza. “A democracia tem sua própria máscara sorridente, utilizando o silêncio e a aparência como suas mais potentes armas toda vez que é necessário dissimular para sobreviver” (Lagos, 2000, p. 14). De

acordo com a autora, os traços socioculturais profundamente enraizados permanecem altamente relevantes para a democracia na América Latina. Além disso, destaca a curta tradição democrática nesse contexto e os poucos países em que o regime não sofreu interrupções no século passado. Nesse viés, ainda que os cidadãos vejam a democracia latino-americana existindo mais na aparência do que na prática, estão dispostos a confiar nela como melhor forma de governo, mesmo desconfiando de suas instituições e atores políticos.

Analisando estudos sobre democracias consolidadas, torna-se notório os altos níveis de interesse político e eficácia política subjetiva disponíveis nos contextos europeu e norte americano. Porém, a América Latina, padece de uma curta tradição democrática, além do acesso tardio e desigual a educação, informação e conhecimento, reproduzidos em baixos níveis de eficácia e interesse político na região. Ademais, a região conta com graves problemas de criminalidade, violência, corrupção e injustiças, que são características marcantes desses regimes e podem influenciar atitudes de apoio político dos seus cidadãos.

Alguns autores descrevem que a democracia em muitos países da região se mostra cada vez mais próxima de estar consolidada, porém a baixa confiança em suas instituições, que são o fundamento de sua ação e as bases para o seu funcionamento concreto, acarreta em sentimentos de distanciamento, alienação, apatia, cinismo e ceticismo com relação ao sistema político. Assim, a insatisfação política e a desconfiança nas instituições levam o sistema a ser frequentemente criticado por seus cidadãos (Moisés, 1985; Moisés & Carneiro, 2008; Moisés, 2010).

Outro fator relacionado ao apoio político é o desenvolvimento socioeconômico e a mudança de valores. Nesse sentido, Inglehart e Welzel (2005) colocam que os anos iniciais da vida seriam determinantes nos valores individuais, sendo que as novas gerações têm cada vez mais experimentado mudanças em suas orientações e atitudes em virtude da superação das condições materiais de sobrevivência. Os cidadãos pós-materialistas, geralmente evidenciados em países de alto desenvolvimento econômico, estariam mais ligados a valores racionais, seculares e de autoexpressão. Isso corresponderia politicamente na escolha por formas horizontalizadas de participação, no desprezo a instituições hierárquicas e a estima pelos princípios democráticos. Dessa forma, os valores de autoexpressão estariam associados à formação de orientações que

conformam uma cultura política democrática que favorece a consolidação e o aprofundamento do regime democrático. No presente, diferentes pesquisas para diferentes países tem confirmado essa hipótese concluindo que indivíduos com aspectos pós-materialistas são os que mais vigorosamente expressam valores congruentes com a democracia e rejeição a formas autoritárias de governo (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005; GIBSON & DUCH, 1994; OPP, 1990 apud RIBEIRO, 2008, p.104).

Alguns autores vão considerar o efeito do desempenho econômico e de governo na adesão à democracia. McAllister (1999), por exemplo, examina o papel do desempenho econômico de regimes na formação de apoio público às instituições democráticas em diferentes países. Utilizando dados de nível individual, ele verifica que a variável mais correlacionada com a confiança institucional é a satisfação com a economia, que tem maiores impactos em novas democracias do que nas consolidadas. Ele também constata que a percepção do cidadão em relação à sua situação econômica e do país tem maior impacto sobre a confiança nas instituições do que medidas diretas de crescimento econômico. Por meio de testes estatísticos o autor verifica que aspectos econômicos são mais preponderantes que os sociais para explicar a confiança em instituições democráticas, porém o seu efeito é pequeno. Também é constatada por McAllister uma conexão maior entre confiança no governo e confiança nas instituições democráticas. Entretanto, não se verifica tal associação em democracias consolidadas nas quais a constância de eleições teria criado um reservatório de apoio às instituições, levando os cidadãos a diferenciar nitidamente entre as instituições, partidos e líderes eleitos. Schwarz-Blum (2008) analisando dados para países latino-americanos observam que avaliações positivas da situação e do ambiente econômico atual estão correlacionadas a opiniões e atitudes a favor do regime democrático. A conclusão é que um bom estado econômico favorece a chance de se ter cidadãos que apoiam a democracia.

Outros estudos irão se atentar para o desempenho político, incluindo políticas públicas e corrupção (MATTES & BRATTON, 2007) ou na governança e administração governamental em geral (DALTON, 2008) para explicar as percepções dos indivíduos sobre diferentes dimensões da democracia. O baixo desempenho de governos e a ineficiência das instituições ante as demandas sociais, fraudes, corrupção,

ou desrespeito a direitos geram descrédito, prejudicando a obediência dos cidadãos à lei, “podendo produzir o despreço dos cidadãos com relação a instituições fundamentais da democracia como parlamentos e partidos políticos” (MOISÉS & CARNEIRO, 2008). Os cidadãos são indivíduos racionais capazes de julgar a utilidade de uma instituição e seu impacto no bem-estar individual, dessa forma tendem a confiar mais nos atores e instituições políticas que são mais eficazes na representação de seus interesses (STOKES, MANIN & PRZEWORSKI, 1999). Os valores são um aspecto importante para explicar as atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos, mas podem mudar como resultado do desempenho institucional (MILLER & LISTHAUG, 1999).

Norris (1999) por sua vez ressalta a relação entre arranjo institucional e legitimidade. Ela afirma que uma teoria sobre a construção de uma cultura de confiança nas instituições deve compreender as atitudes no contexto institucional já que o mesmo simboliza nossa experiência política acumulada. A abordagem ressalta que os sentimentos criados por experiências institucionais acumuladas aludem a alternância de partidos no poder. As experiências de vitórias ou derrotas continuadas dos partidos ocasionam orientações em relação ao regime. Por um lado, um indivíduo irá apoiar o regime se as regras do jogo permitem que seu partido chegue ao poder, proporcionando sentimentos positivos aos mesmos e as instituições. Por outro lado, ao testemunhar a derrota em eleições continuadas ele poderá sentir excluída sua capacidade de influência no processo decisório futuramente resultando em sua insatisfação com as instituições.

O propósito mais específico de Norris é testar se o arranjo institucional consensual aumenta o número de vencedores no ambiente eleitoral, consequentemente acarretando em maiores níveis de confiança institucional se comparado com arranjos do tipo majoritário, no qual a coalização que ganha sempre é menor que a do desenho consensual. Espera-se que a confiança nas instituições sofra impacto positivo do sistema parlamentar em vez do presidencialista; do federalista, em vez do unitário; do multipartidarismo moderado ou bipartidarismo em vez do pluripartidarismo; do sistema eleitoral proporcional em vez do majoritário ou misto. Esses arranjos diminuiriam a diferença de satisfação entre ganhadores e perdedores já que protegem a representação dos perdedores, garantem maior alternância no governo e possibilitam que mais partidos participem da coalização de governo. A conclusão de Norris é que: *“institutional arrangements are significantly related to political support: majoritarian electoral*

*systems and moderate multiparty systems, in particular, tend to generate slightly higher levels of institutional confidence than alternative arrangements*". (NORRIS, 1999, p.234).

Temos também estudos considerando as consequências da participação política na legitimidade. Seria uma constatação simples e óbvia a de que a participação política é fundamental para que haja democracia, já que esse é um atributo definidor e determinante do caráter democrático desse regime. Para começar, sem participação política por meio do voto, não haveria democracia. Um de seus impactos positivos sobre a democracia também está na dimensão subjetiva da participação que consolida valores na cultura política e fomenta um processo pedagógico de formação de lideranças sociais. Ademais, a participação teria um efeito legitimador no sistema político, com efeitos positivos na adesão ao regime democrático. (PIREZ & LOPEZ, 2010, p.568). Porém, existe uma visão mais conservadora de que níveis extremos de participação política podem gerar uma sobrecarga de demandas ao regime, o que seria desfavorável a sua manutenção, principalmente para aqueles em processo de institucionalização. O excesso de participação seria uma ameaça e não um fortalecimento a democracia. (ALMOND & VERBA, 1965; HUNTINGTON, 1968).

Diferentemente do argumentado anteriormente tem sido mais comum na literatura especializada autores estudarem a relação inversa: a da preferência pela democracia e sua relação com as formas de participação. Assim, diversos estudos tem explorado como a legitimidade do regime pode resultar em diferentes formas e modos de participação dos indivíduos. Para Norris (1999) aqueles que apoiam o sistema tendem a engajar em formas convencionais de participação em contrapartida ao protesto e desobediência civil. Já aqueles insatisfeitos e frustrados com o sistema engajam-se em mobilizações de confrontação e aumentam as chances de crise e mudanças de sistemas. Booth e Seligson (2009) buscam verificar como distintas dimensões da legitimidade afetam diferentes modos de engajamento político, como voto, campanhas, contato com autoridades, engajamento comunitário e em associações, manifestações e protestos. Assim, preferências democráticas às vezes podem levar a um comportamento de oposição a governos democráticos e protestos de rua podem desestabilizar tanto regimes democráticos bem como não democráticos.

Também se deve destacar que diversos estudos têm apontado o nível de escolaridade, o interesse e a sofisticação política como condicionantes do apoio à democracia (EVANS & WHITEFIELD, 1995; DELI-CARPINI & KEETER, 1996; DALTON, 2004; BOOTH & SELIGSON, 2009; MOISÉS & CARNEIRO, 2008).

Pensando a região em estudo no presente trabalho, a América Latina, temos que apesar da importância incontestável dos estudos sobre legitimidade, diversos críticos têm chamado atenção para a limitação de sua aplicação às chamadas “novas democracias”. O ponto central é que, diferente do processo de democratização das democracias mais antigas, as novas democracias enfrentam o desafio de reconstrução do Estado em meio a processos mais agudos de crises sociais, políticas e econômicas. Além disso, boa parte delas passaram, recentemente, por duras experiências autoritárias e complexos processos de transição política (Moisés, 1995; Diamond, 2008; Torcal e Montero, 2006).

Diante dessa crítica, várias pesquisas nos últimos anos têm se preocupado em adotar modelos de explicação mais próximos da realidade das novas democracias. Entre eles, e com especial importância para os nossos objetivos, estão os estudos de Mishler e Rose (1999, 2001, 2005). O ponto central dos autores é que a legitimidade política nas novas democracias é construída com base na experiência dos cidadãos com as novas instituições, mas levando em consideração que, diferentemente do que ocorre com os cidadãos das democracias mais antigas, a memória do regime autoritário ainda está viva.

A pesquisa desses autores analisa o apoio político e a confiança institucional nos regimes pós-comunistas do leste europeu. De acordo com o “*lifetime learning model*”, o nível atual de confiança institucional é fruto da soma ponderada de experiências do indivíduo no contexto político: resultante da confiança anterior modificada pelas experiências de desempenho institucional mais recentes.

Para os autores, o apoio às novas democracias seria fluído e contingente, alterando-se conforme os indivíduos obtêm experiência com o novo regime. Analisando os primeiros anos da transição, eles testam a teoria da socialização política que sustenta que os indivíduos socializados num determinado regime seriam leais a ele e levariam um tempo para criar um vínculo com o novo regime.



For example, support for the old Communist regime is slightly higher and support for the current regime is slightly lower among older generations of citizens. This is consistent with expectations that older generations of citizens are less amenable to change because they are more invested psychologically and materially in the old regime. (Mishler e Rose, 1999, p.12).<sup>4</sup>

No entanto, os autores entendem que essas diferenças geracionais iniciais diminuem com o tempo, sendo substituídas por experiências comuns da realidade contemporânea (Mishler e Rose 2007, p. 823)<sup>5</sup>.

Esses estudos conduzidos por Mishler e Rose demonstram a importância dos processos de aprendizado e socialização para a legitimidade do regime político. Em que pese essa contribuição, poucos estudos têm tratado do tema a partir do enfoque geracional. Nesse sentido, observa-se que a maioria dos estudos da área não tem dado muita consideração a dimensão geracional em suas análises, somente utilizando a variável “idade” como controle nos modelos propostos e muitas vezes operacionalizada com categorias arbitrárias e pouco respaldadas em alguma teoria. Com esse propósito, o presente trabalho analisará os efeitos geracionais em países da América Latina, diferenciando os cidadãos que foram socializados no regime democrático daqueles que tiveram experiência política também com o regime autoritário como detalharemos mais a frente.

## **2.4 Legados democrático e autoritário**

Em 1978, apenas alguns países da América Latina viviam regimes democráticos, tais como Costa Rica, Colômbia e Venezuela. Os demais (16 países) experimentam uma transição para um regime competitivo durante a “terceira onda” de democratização entre 1978 e 1992, a exceção de Cuba. Porém, os resultados dessas transições variaram muito. Num extremo, o Haiti, onde as transições para regimes competitivos foram de breve duração e resultaram em dois golpes de Estado (1991 e 2004), a erosão da competição

---

<sup>4</sup> Tradução livre: Por exemplo, o apoio ao velho regime comunista é um pouco maior e o apoio ao regime corrente é um pouco menor entre as gerações de cidadãos mais velhos. Isso é consistente com as expectativas de que as gerações mais velhas de cidadãos são menos sensíveis à mudança, porque são mais investidas psicologicamente e materialmente no antigo regime.

<sup>5</sup> Para esses autores o aprendizado com importantes eventos políticos e sociais mais adiante na vida ocasionaria um grande impacto no desenvolvimento de atitudes cruciais em relação à democracia. Porém, eles também são criticados por essa visão de que o “surgimento dessas orientações seja produto de um simples modelo de ‘aprendizado perpétuo’ cumulativo baseado principalmente na satisfação com o desempenho das instituições democráticas e, sucessivamente, da economia” (Gunther e Monteiro, 2003).

política e o fechamento do parlamento por duas vezes (1999 e 2004), duas intervenções internacionais (1994 e 2004), e um estado que decaiu em colapso. No outro extremo, o Chile, depois de 1990, e o Uruguai, depois de 1985, se juntaram à Costa Rica como democracias estáveis e robustas, com mecanismos sólidos de responsabilização do Estado, efetivo Estado de Direito, militares sob controle civil e sólido respeito para os direitos civis e políticos. Essas trajetórias nos fazem pensar o que condiciona a evolução da democracia nos diferentes países da região. Segundo Mainwaring e Pérez-Liñán (2008) “o determinante mais importante de quão democrático é um regime hoje é a história passada dos regimes políticos do país” (MAINWARING & PÉREZ-LIÑÁN, 2008).

Dessa forma, os autores consideram que os países que tiveram os históricos mais fortes de democracia nos períodos 1900-44 e 1945-77 são prováveis de serem os mais democráticos hoje. Por exemplo, os únicos países que atingiram um nível muito alto de democracia na América Latina contemporânea (Chile, Costa Rica e Uruguai) são os que tiveram os mais fortes legados democráticos desde o período 1900-1977 na região. A maioria dos países que tiveram heranças altamente autoritárias fez a transição para regimes políticos competitivos, mas a qualidade da democracia nesses regimes é muito menor. (MAINWARING & PÉREZ-LIÑÁN, 2008).

Essa discussão nos remete ao termo legado democrático, que tem sido abordado em pesquisas sobre o apoio à democracia em, ao menos, dois importantes aspectos: a qualidade e a duração do regime (Easton, 1965; Rustow, 1970; Muller e Seligson, 1994; Jackman e Miller, 2004; Chu et. al., 2005; Evans e Rose, 2007; Mattes e Bratton, 2007; Booth e Seligson, 2009; Mainwaring e Pérez-Liñán, 2013). Segundo Evans e Rose (2007), o fator tempo é essencial para que as instituições sejam enraizadas no tecido social, ou seja, para que o seu funcionamento seja incorporado e cristalizado nos hábitos e práticas do cidadão. Podemos dizer que através da continuada experiência com a democracia os cidadãos vão produzindo laços de lealdade para com ela (Jackman e Miller, 2004). Convivendo diretamente com as práticas alicerçadas nos princípios e normas democráticas, novas gerações desenvolvem nos processos socializadores valores democráticos, que constituem a identidade do país (Easton, 1965).

Além do tempo, outro fator que tem sido trabalhado pela literatura é a qualidade da democracia. Uma vez que o apoio ao regime depende da experiência direta do cidadão com as instituições não basta apenas que as democracias estejam funcionando, mas sim funcionando bem. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) elaboram o conceito de “legado democrático”, definido, de forma ampla, como a experiência democrática acumulada em um país ao longo dos anos. Apesar de simples, essa definição entrelaça duas condições essenciais ao combinar, de forma cumulativa, a democracia e a sua duração no tempo, constituindo assim o legado democrático. (CASALECCHI, 2015).

Outro conceito semelhante ao já citado é o de legado autoritário. Apesar de poder ser adaptado e operacionalizado ao mesmo estilo que o legado democrático anterior (utilizando as dimensões de tempo e “qualidade”), busca-se inicialmente alicerçá-lo teoricamente. Para Hite e Morlino os legados autoritários abrangem todos os padrões comportamentais, regras, relações, situações sociais e políticas, bem como normas, procedimentos e instituições introduzidas ou fortemente e claramente reforçadas pelo regime autoritário imediatamente anterior (Hite & Morlino 2004, p.26). Os legados autoritários podem influenciar uma ampla gama de instituições políticas, econômicas e sociais (Hite & Cesarini 2004) e muitas vezes são mais visíveis no funcionamento e comportamento das forças de segurança.

De acordo com Morlino (2010), a influência dos legados autoritários sobre a democracia depende de três dimensões básicas, ou locais, para a ação estratégica: (a) o período de vigência do regime autoritário anterior; (b) a inovação deste regime; e (c) o modo de transição do autoritarismo. Pela dimensão "(c) modo de transição do autoritarismo" entendem-se as formas em que a transição do regime autoritário favorece determinados incumbentes e/ou desafiantes, procedimentos, alteram (ou deixam intocadas) regras institucionais autoritárias e influencia apelos políticos de elite para suas bases eleitorais, e/ou formas em que a transição foi caracterizada por certo grau de violência que fez a descontinuidade mais provável. Aqui podemos destacar prerrogativas dos militares e outros governantes autoritários, os pactos, as regras que regem as eleições, os partidos políticos e os papéis e as posições dos interesses da sociedade civil organizada e não organizada no processo de transição. O autor defende que modelos contínuos ou descontínuos de transição interferem no quanto os legados autoritários duram.

A dimensão “(b) inovação deste regime” seria para o autor tanto o grau de transformação e institucionalização de regras autoritárias, padrões, relações e normas (muitas vezes simbolizadas por uma nova constituição), a criação de novas instituições e pelo grau em que interesses particulares organizados e identidades são reforçados e/ou enfraquecidos.

Pela dimensão “(a) o período de vigência do regime autoritário anterior”, Morlino, entende o período de tempo durante o qual o regime autoritário permaneceu no poder. Sendo que se um regime é considerado inovador (dimensão “b”), então, sua duração seria menos relevante. No entanto, se o regime não é inovador, ele deve durar por pelo menos 15-20 anos, isto é, durante pelo menos uma geração, para que a “duração” seja considerada uma dimensão relevante. (MORLINO, 2010).

Em sua análise comparativa essencialmente descritiva para o sul da Europa com Itália, Espanha, Portugal, Grécia e Turquia, Leonardo Morlino (2010) mapeia alguns dos principais legados que os regimes autoritários podem transmitir às democracias, chamando atenção para as seguintes dimensões: pouca ou nenhuma atenção a efetividade da lei; judiciário pouco independente; altas prerrogativas militares; pouca ou nenhuma eficiência da polícia; nenhuma accountability de elites partidárias; setor público da economia grande; estatismo; passividade/conformismo/cinismo; medo/alienação da política; Grupos radicais de direita; atitudes não democráticas; partido radical de direita; *gleichschaltung* (extremo nivelamento das diferenças culturais/sociais) e normas autoritárias legais.

Dada a dificuldade de operacionalização de um conceito de legado autoritário mais robusto e a intenção de estabelecer uma articulação entre os legados autoritário e democrático, entendemos que o legado autoritário pode ser pensando a partir do conceito de legado democrático. Isso possibilita diferenciar os regimes autoritários, que também variam em sua “qualidade” (países em que predominaram regimes autoritários que mais privam seus cidadãos de direitos civis e políticos) e duração. Em trabalhos futuros, medidas mais robustas do conceito de legado autoritário podem considerar as dimensões levantadas por Morlino (2010), incluindo também, por exemplo, o nível de

violação dos direitos humanos, nível de violência do regime, número de pessoas mortas e desaparecidas, crescimento econômico e número de protestos ocorridos no período<sup>6</sup>.

## 2.5 América Latina e Brasil

O triunfo da democracia em Portugal foi o começo de um novo *boom* político para a democracia no mundo. Em seu livro de grande influência, Huntington cunha o termo "terceira onda" de expansão democrática no mundo. Naquele tempo havia somente em torno de quarenta democracias no mundo, a maioria em países industriais avançados. Espalhadas pela África, Ásia e América Latina existiam poucas democracias: Índia, Sri Lanka, Botswana, Costa Rica, Venezuela. Porém, ditaduras militares, de partido único, ou de um só comandante dominaram a maior parte da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio. (DIAMOND, 2008, p.41).

Na América Latina tivemos o seguinte panorama. A ditadura militar chilena durou 17 anos, de 11 de setembro de 1973 a 1990. A ditadura militar no Uruguai durou de 1973 até 1985, sendo eleições competitivas iniciadas em 1989. Nesse mesmo ano, foram realizadas eleições democráticas no Paraguai, depois de um golpe de Estado depor a ditadura Stroessner que tinha ficado no poder por quase quatro décadas (a ditadura durou de 1954 a 1989). Na Argentina, a junta militar sobe ao poder em 1976 e o deixa em 1983, após sua derrota pelos britânicos nas ilhas Malvinas. O regime militar no Brasil começou em 1964 e terminou em 1985, levando a eleições democráticas em 1989.

Vale lembrar que nem mesmo países com uma tradição mais democrática, tais como a Colômbia e Venezuela, estavam isentos de violência ou instabilidade política<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Como projetos ou iniciativas identificadas que utilizam dados sobre regimes autoritários, que não foram possíveis de serem utilizadas no presente trabalho destacam-se:

"Authoritarian Regimes Dataset (ARD)" por Hadenius, Axel e Jan Teorell. 2007.

(<https://sites.google.com/site/authoritarianregimedata/home/>).

"Autocratic Regime Data" por Barbara Geddes, Joseph Wright, e Erica Frantz, 2014.

(<http://sites.psu.edu/dictators/>).

"Democracy and Dictatorship (DD) Data" por Cheibub, Gandhi e Vreeland, 2010.

(<https://sites.google.com/site/joseantoniocheibub/datasets/democracy-and-dictatorship-revisited/>).

"Transitional Justice Data Base" por Olsen, Payne, e Reiter, 2010.

(<https://sites.google.com/site/transitionaljusticedatabase/>).

<sup>7</sup> Na Colômbia temos um estado de sítio em 1965 após distúrbios estudantis; um estado de emergência em 1978 já que manifestações de descontentamento popular e a violência dos movimentos guerrilheiros de esquerda aliaram-se contra o Presidente eleito; e ainda, em 1985, ocorre a tomada do

Já nos anos 1980 e 1990 testemunhamos o desenvolvimento da democracia no Peru, Bolívia, Equador e na América Central. No México, uma longa transição liderada por reformas políticas tiveram seus marcos democráticos com a derrota do partido que ficou 71 anos no poder (o PRI) nas eleições de 1997 e 2000 (do congresso e presidenciais), com a última terminando sete décadas de regime de partido hegemônico no país. Podemos dizer que até 2010, quase toda a América Latina, Cuba sendo a exceção, tinha experimentado a democracia por, pelo menos, uma década. (LAGOS & MORENO, 2013).

A democratização na América Latina avançou em diferentes etapas, sendo um processo de avanço gradual e não linear. Poderão persistir por tempo indeterminado sistemas institucionais deficientes, incapazes de assegurar plenamente o estado de direito, a competição política e a responsabilização dos governos. (MOISÉS, 2008). Apesar das especificidades de cada país e questionamentos no que se refere a qualidade de cada regime, ainda podemos argumentar que a maioria dos latino-americanos têm testemunhado regimes políticos mais abertos e competitivos, diversos desenvolvimentos institucionais democráticos, direitos civis e políticos mais amplos e níveis mais elevados de transparência governamental.

Segundo Mainwaring e Hagopian (2005),

Não só a democracia durou mais tempo do que nunca na região, mas também é mais ampla e abrangente. Nunca antes tantas pessoas exerceram o voto, e populações de tantos países mantiveram governos locais e nacionais mais responsáveis do que em qualquer momento no passado. As conquistas da América Latina são ainda mais impressionantes quando se considera que democracias de massa criaram raízes onde mais cedo, restritas, as democracias elitistas falharam rotineiramente. (MAINWARING & HAGOPIAN, 2005, p. 1-2; tradução minha).

Como a democracia é um processo contínuo e recente na região, alguns desafios ao seu aperfeiçoamento continuam existindo. Ainda são marcantes realidades de corrupção e violência, criminalidade e grandes desigualdades sociais, econômicas,

---

Palácio de Justiça por guerrilheiros do M-19, o que causou a morte de cerca de cem pessoas, entre elas a cúpula da Suprema Corte. Na Venezuela em 1960 houve movimentos guerrilheiros substanciais, como as Forças Armadas de Libertação Nacional e o Movimento da Esquerda Revolucionária, que havia se separado da Ação Democrática em 1960; e ainda, a crise econômica na década de 1980 e 1990 levou a uma crise política que deixou centenas de mortos nos distúrbios de "Caracazo" em 1989; duas tentativas de golpes de Estado em 1992 e o impeachment do presidente Carlos Andrés Pérez por corrupção em 1993.

políticas e culturais; governos ineficazes, crises econômicas recorrentes, frequentes desequilíbrios resultantes de relações políticas como clientelismo, populismo e neopopulismo; altos níveis de corrupção e crime organizado que ameaçam a democracia. Também se deve considerar o acesso tardio e, ainda, desigual à educação, informação e ao conhecimento, além dos baixos níveis de eficácia política e interesse político entre seus cidadãos. (MOISÉS, 1995; 2005; 2008; 2010). Sem contar, que mesmo em uma era democrática, alguns países da América Latina sofreram golpes neste século, como o Equador, Bolívia, Paraguai e Honduras. Porém, a face política da América Latina é muito diferente hoje do que costumava ser, sendo ela mais democrática. (LAGOS & MORENO, 2013).

Segundo Larry Diamond (2008) a democracia na região enfrenta hoje diferentes problemas:

Se a luta livre e pacífica de poder através das urnas está se tornando arraigada na América Latina, outras dimensões da democracia não estão. Para as minorias étnicas e raciais e as vastas legiões de pobres, a democracia ainda tem que trazer plenos direitos de cidadania. Em grande parte da região, o crime e a violência são obstáculos, os policiais demandam subornos e abusam dos direitos individuais, o Estado é corrupto e não responsivo, o judiciário é fraco e horripelantemente assoberbado pelo número de ações judiciais, e a justiça é parcial e agonizantemente lenta, quando de fato ocorre. Em suma, a democracia é real, mas superficial. Até que se torne mais profunda, mais liberal, e mais responsiva, continuará a ser vulnerável às tentações do populismo autoritário. (DIAMOND, 2008, p.176-77; tradução minha).

Vale ressaltar que *surveys* sobre as atitudes democráticas na América Latina, realizados durante a última década e meia mostram que o apoio à democracia aumentou moderadamente na região como um todo, mas mantiveram-se relativamente mais baixos do que em outras regiões do mundo. As pesquisas também mostram que as diferenças por grupo etário em apoio à democracia são bastante pequenas. Na verdade, eles indicam que as gerações mais jovens de latino-americanos apoiam menos o regime democrático do que os mais velhos. (LAGOS & MORENO, 2013). Pretendemos aqui pensar as atitudes das diferentes gerações de latino-americanos, que foram socializadas em diferentes períodos, com a democracia. Ressaltando a importância de pensarmos particularidades de cada experiência democrática e de transição para democracia.

Outro foco dessa análise é o Brasil. Aqui, podemos pensar que temos pelo menos uma geração socializada sob a influência das instituições fundamentais de uma

democracia. A geração mais nova de jovens e adolescentes sequer viveu sob o regime autoritário e instrumentos e canais democráticos (eleições, partidos, congresso, direitos civis e políticos) estão rotineiramente no cotidiano e em suas histórias de vida. Contudo, existem outras gerações mais e menos expostas ao período autoritário, com experiências de vida diferentes e que inclusive podem facilmente comparar a democracia com o antigo regime.

José Álvaro Moisés (1995) em seu livro “os brasileiros e a democracia” faz uma grande análise do processo de transição democrática e as mudanças de crenças dos brasileiros em relação ao novo regime. Junto às transformações democráticas em curso no período de transição analisado, o autor observa mudanças na cultura política brasileira. Chama a atenção para o fato das crenças em relação ao novo regime democrático, que se constituíam no país a época, ainda apresentarem variações na população brasileira. As profundas desigualdades sociais e econômicas são apontadas como delimitadoras das mudanças na cultura política brasileira nesse processo de transição. A parte mais economicamente vulnerável da população compreende pouco do processo que se passa, desenvolve uma postura de apatia e está isolada das atividades políticas. Apesar da incapacidade de se informar e posicionar, aspectos muito ligados à escolaridade, isso não faz com que esse segmento demonstre uma adesão expressiva ao autoritarismo. Por fim, apesar de ressalvas, as conclusões e dados do autor mostram um crescente aumento do consenso democrático no período. (MOISÉS, 1995). Porém, Moisés (2008) em outro estudo encontra um grande número de ambivalentes na população brasileira, cidadãos que, por exemplo, afirmam ser a democracia como melhor regime, mas, em certas circunstâncias, aceitariam um governo militar, ou não teriam preferência entre um regime democrático ou autoritário.

Nesse e em outros artigos, Moisés (1995, 2005 e 2008) ressalta a sobrevivência de atitudes autoritárias na população brasileira, o que poderia comprometer em alguma medida o regime democrático e a experiência dos cidadãos com as instituições democráticas, como partidos políticos e o congresso. Isso já coloca a relevância de pensarmos as atitudes das diferentes gerações, que foram socializadas em diferentes períodos, com a democracia. E a importância de pensarmos particularidades de cada experiência democrática e de transição para democracia.



Devemos também considerar o processo de transição democrática brasileiro, ressaltado por muitos autores “como singular (DINIZ, 1985; MARTINS, 1986; STEPAN, 1989), a transição levou 11 anos para restabelecer os direitos civis e mais cinco para que os cidadãos pudessem eleger seu candidato à presidência.”. (RIBEIRO, 2007).

Podemos identificar ao menos três fases distintas nesse longo caminho: a primeira, que vai de 1974 a 1982, dominada totalmente pelos militares e com poucos avanços; a segunda, que vai de 1982 a 1985, também dominada pelos militares, mas com a incorporação de outros atores políticos que passam a desempenhar um importante papel; e, por fim, a fase que vai de 1985 a 1989, quando os militares deixam de desempenhar o papel principal, os civis assumem suas funções, e setores da sociedade civil organizada passam a participar do processo político (KINZO, 2001 apud RIBEIRO, 2007).

Entre os trabalhos que analisam a questão geracional e sua relação com a adesão à democracia, na América Latina, destacamos os estudos de Schlegel (2010) e Del Porto (2012), ambos sobre o Brasil, e de Lagos e Moreno (2013), para a região como um todo<sup>8</sup>. Schlegel e Del Porto trabalham a perspectiva geracional de forma similar, utilizando dados longitudinais de surveys. Apesar dessas semelhanças, as conclusões são bem distintas.

Schlegel parte da hipótese de que possíveis efeitos geracionais ocorreriam nas atitudes políticas relacionadas ao eixo ditadura-democracia. Verificou que “quando controlada a escolaridade, as diferenças entre gerações apareceram de forma até mais clara. (...) indicando que há traços singulares, propriamente geracionais, que independem da escolaridade diferenciada de cada grupo de coortes” (Schlegel, p.230).

Já Del Porto (2012) segue a mesma linha de raciocínio que Mishler e Rose (2007), concluindo que “ao longo da experiência democrática brasileira recente, efeitos geracionais não têm impacto sobre os valores políticos dos brasileiros: o processo de socialização política é vitalício e as experiências políticas mais recentes são as mais importantes na conformação dos valores políticos individuais”. A autora entende que a

---

<sup>8</sup> Outros trabalhos tratam, ainda que de forma menos sistemática, essa temática, tais como Kriskche (2005), Venturi e Bokani (2005), Singer (2005) e Ribeiro (2007).

passagem do tempo e a aprendizagem institucional com o regime democrático de grupos de indivíduos que passaram por diferentes experiências políticas seriam responsáveis pela ausência de diferença na adesão ao regime democrático e no interesse e envolvimento com a política.

Por sua vez, Lagos e Moreno (2013) investigam o nível de adesão à democracia dos latino-americanos e testam a hipótese de que as coortes jovens latino-americanas, em função da maior experiência com a regra democrática nos seus anos formativos, apoiam mais a democracia do que as mais velhas. Os dados revelam o contrário: os jovens aderem menos à democracia do que os mais velhos. Os autores ensaiam uma explicação para o resultado, observando que as gerações mais velhas teriam lembranças do regime autoritário e da falta de competição política, o que poderia torná-las mais propensas a apoiar a democracia, enquanto as gerações mais jovens nunca tiveram direitos civis e políticos ameaçados.

Concordamos, em parte, com a interpretação de Lagos e Moreno, porém, diferentemente deles, entendemos que o efeito geracional não se restringe à exposição ao regime autoritário, sendo ele também mediado pelo legado democrático e/ou autoritário do país. Daí resultaria o fato da diferença geracional não ser observada em todos os países latino-americanos e variar em sua amplitude entre eles, como os próprios autores verificaram em seu estudo.

O presente estudo qualifica a interpretação de Lagos e Moreno e busca verificar as seguintes **hipóteses**: 1) Existem efeitos geracionais no tocante a adesão à democracia para os países da América Latina; 2) o legado democrático potencializa o efeito geracional sobre a adesão à democracia; ou seja, quanto mais positivo for o legado democrático, maior a diferença do apoio das gerações mais velhas em relação às mais novas; 3) o legado autoritário também potencializa o efeito geracional sobre a adesão à democracia, nesse caso no sentido inverso; ou seja, quanto mais negativo for o legado autoritário, maior a diferença entre o apoio das gerações mais velhas em relação às mais novas; 4) existem efeitos geracionais no tocante a adesão à democracia no Brasil.

A segunda hipótese complementa a interpretação proposta por Lagos e Moreno, no sentido de que ela sugere que as gerações mais velhas se afeiçoam mais à democracia não apenas em virtude de terem tido experiência direta com os horrores do

regime autoritário, mas também em função da duração e da qualidade do regime democrático. Supõe-se aqui que o efeito da aversão ao autoritarismo sobre a adesão à democracia é condicionado pelo próprio contexto da experiência democrática. Se, por exemplo, a democracia não funciona bem e não faz parte da tradição do país, nem aqueles que sofreram as privações impostas pelo regime autoritário têm motivos para se encantar com a democracia.

A terceira hipótese é um desdobramento natural da interpretação dos autores. Se a experiência de ter vivido num regime que não concede direitos civis e políticos elementares torna o indivíduo mais propenso a apoiar a democracia, então a intensidade desse apoio deve depender do grau e do tempo em que tais direitos foram negados no regime anterior. Portanto, esperamos que o hiato da adesão à democracia entre as gerações seja mais acentuado em contextos com um pior legado autoritário.

### 3) Metodologia

#### 3.1 Desenho da pesquisa

Serão utilizados neste trabalho dois bancos de dados. O primeiro banco abrange diversos países em todos os continentes para ver se existe um padrão mais universal da adesão à democracia por ciclo de vida. Se não encontramos um padrão muito claro de efeitos do ciclo de vida sobre a adesão - que deveria ser um efeito universal, ligado ao processo de envelhecimento e passagem dos estágios de vida do indivíduo independente do contexto em que vive –, teremos mais confiança em relação a eventuais efeitos geracionais encontrados. O segundo banco de dados propicia testes mais robustos e com mais variáveis para a análise de regressão controlando-se por demais fatores para análise da América Latina e Brasil.

O primeiro banco de dados trata-se do conjunto de pesquisas de opinião intitulado *World Values Survey*, abrangendo, em sua terceira onda (1994-1999)<sup>9</sup>, 49 países. Está terceira onda contou com 55.000 entrevistas em 54 países. Ficaram de fora devido a ausências de respostas para a variável de adesão democrática (“e123”): Grã Bretanha, China, Paquistão, Colômbia e El Salvador.

O segundo banco de dados é o *survey* Barômetro das Américas de 2012, conduzido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). O banco do Barômetro possui alto nível de qualidade em suas amostras e é fruto de uma das diversas atividades do LAPOP apoiado pela Universidade de Vanderbilt. Até o momento são disponibilizados dados sobre atitudes políticas para os seguintes anos e quantidade de países: 2004 (10); 2006-7 (22); 2008 (23); 2010; 2012 (26) e 2014. Sendo que o Brasil está presente periodicamente a partir de 2006. As questões visam aos estudos sobre democracia e comportamento na América e incluem os seguintes temas: legitimidade política, tolerância política, apoio à democracia estável, participação e capital social, Estado de Direito, avaliação de governos locais, corrupção e

---

<sup>9</sup> A quarta onda (1999-2004) do WVS possui 40 países, menos que a terceira, sendo que muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil, não estão presentes. Já na quinta onda (2005-2007) a variável “e123” de adesão à democracia só possui observações para cinco países. As variáveis alternativas “e117” (O quão bom é ter um sistema político democrático? (1) Muito bom; (2) bom; (3) ruim e (4) muito ruim) e “e235” (Quão importante é a democracia numa escala de 1 a 10) são muito diferentes da variável de adesão utilizada nos outros testes estatísticos com o Barômetro das Américas.

comportamento eleitoral. Para efeito do presente estudo, focalizaremos os blocos de questões envolvendo adesão democrática e legitimidade do sistema, interesse por política e avaliação da economia.

O *survey* de 2012 foi aplicado em 26 países, mas nesse trabalho utilizamos somente 17. Na maioria dos países, a amostra inclui 1.500 entrevistas por seleção probabilística estratificada e em estágios múltiplos, e seleção proporcional ao tamanho dos locais. Assim assegurando uma amostra representativa dos países e áreas utilizadas na estratificação. Por não serem países da região ou apresentarem valores ausentes em algumas das variáveis utilizadas ou não estarem contemplados pela classificação de regimes de Mainwaring (2013), os seguintes países ficaram de fora da análise: Belize, Canadá, Estados Unidos, Guiana, Jamaica, Suriname, Trinidad e Tobago, Bolívia e Venezuela.

Iniciamos a próxima seção explicando a construção de nossas principais variáveis: geração política, legado democrático, legado autoritário e adesão à democracia, além das variáveis de controle dos modelos. Adicionalmente explicamos os modelos estatísticos utilizados.

### **3.2 Estratégias de pesquisa**

Para testar as hipóteses deste estudo, foram utilizadas análises de regressão, que buscam captar o efeito de pertencer a determinada geração política sobre as variáveis dependentes de adesão à democracia controlando por demais fatores. Primeiramente explicamos a construção de todas as variáveis utilizadas e depois quais modelos de regressão foram utilizados em cada capítulo.

#### *Construção das variáveis*

A utilização da variável de adesão à democracia no WVS (*World Values Survey*) no capítulo 4 a título de testar os efeitos do ciclo de vida foi feita a partir da questão sobre o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação (e123): “A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”. Sua codificação era uma escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente. Recodificamos

para: 0=discordo totalmente e discordo em parte; 1=concordo em parte e concordo totalmente.

Ainda para os dados do WVS temos a variável idade trabalhada como categórica no formato de ciclo de vida: 15-29 anos; 30-49 anos; 50 ou mais anos. Operacionalização que já é disponível pelo WVS na variável “x003r2”. Outra opção seria a proposta por Okado (2012), que demarca com bom embasamento metodológico a juventude (dos 15-24 anos) e a velhice a partir dos 64 anos. Segundo o autor “a definição de juventude adotada aqui, em termos quantitativos, corresponde à coorte etária que vai dos 15 aos 24 anos, compreendendo então um recorte de dez anos. Este recorte leva em consideração, como foi descrito acima, as características qualitativas que são utilizadas para a definição de juventude – a restrição social de se vivenciar plenamente as dimensões de reprodução e produção, características da vida adulta. (...) e “o término da vida adulta aos 64 anos”. (OKADO, 2012). Porém, procedendo dessa forma teríamos seis faixas-etárias (15-24; 25-34; 35-44; 45-54; 55-64; 65+) o que acarreta em um baixo número de observações em algumas faixas e torna a análise descritiva exploratória comparativamente confusa em relação à medida mais simples de três faixas-etárias do WVS. Assim, optamos por hora adotar a classificação já disponível no WVS

Para as análises empreendidas no capítulo 5 (seção 1) com os dados do Barômetro das Américas, utilizamos a variável de adesão à democracia com base na questão clássica de mensuração utilizada em diversos surveys, especialmente em novas democracias, chamada de “hipótese de Churchill” que enfatiza a competição entre regimes políticos. Ela é feita com base na pergunta clássica: (DEM2) “Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. está mais de acordo: (1) Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou (2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou (3) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.”. Recodificamos para uma variável binária em que as opções 1 e 3=0 (Não democrático) e a opção 2=1 (Democrático). Sendo utilizado modelo hierárquico de regressão logística para essa medida, análise que explicaremos mais a frente.

No capítulo 5 (seção 2), novamente com os dados do Barômetro das Américas, utilizamos duas medidas de adesão à democracia para o caso brasileiro. A primeira é a mesma variável apresentada anteriormente (adesão à democracia “churchilliana”). A segunda medida considera cinco procedimentos e normas democráticas (eleições livres e competitivas, a liberdade de manifestação pacífica, a independência dos poderes, o estado de direito e a tolerância política <sup>10</sup>) e foi baseada em Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2014). No que se refere a segunda medida, realizamos análises (descritivas e de regressão logística binária) para cada uma das dimensões em separado e análise de regressão linear para um índice somatório de todas elas que se configura numa medida mais robusta e completa de adesão multidimensional à democracia. Como cada uma das variáveis possuem dois valores, o resultado é um indicador que varia de 0 a 5.

Ainda referente aos dados da segunda seção do capítulo 5 (América Latina), a variável original de idade foi recodificada de tal forma a assumir a forma geracional, de acordo com o seguinte formato. Consideramos dois grupos de gerações: um grupo que foi socializado apenas no regime democrático e outro com experiência política também com o regime autoritário. Eles são categorizados com base em dois tipos de dados: 1) o ano de nascimento dos entrevistados; e 2) o início do regime democrático ou semi-democrático em cada país, de acordo com a tipologia desenvolvida por Mainwaring (2013).

**Tabela 1 - Categorização de gerações (“somente democracia” e “experiência política nos dois regimes”).**

País	Ano que começa democracia ou semi-democracia	Idade em 2012 (corte começa com quem tinha 15 anos na Democracia ou semi-democracia)
Argentina	1983	44
Bolívia	1982	45
Brasil	1985	42
Chile	1990	37
Colômbia	1989	38
Costa Rica	1949	78
Rep. Dominicana	1978	49
Equador	1979	48
El Salvador	1992	35
Guatemala	1986	41
Haiti	2006	21

10 As variáveis sobre participação e tolerância foram recodificadas como dicotômicas, sendo que as demais já estavam nesse formato.

Honduras	1994	33
México	1988	39
Nicarágua	1984	43
Panamá	1990	37
Paraguai	1989	38
Peru	1995	32
Uruguai	1985	42
Venezuela*	1959	68

Fonte: Elaboração própria com base em Mainwaring (2013).

\*Autoritário período 2009-2010, mas para o survey de 2012 não teria efeito.

Dessa forma, estabelecemos a idade de 15 anos como marco definidor das gerações, sendo que quem tinha 15 anos ou mais no ano que se iniciou a transição é considerado como socializado no regime anterior (autoritário) e, portanto, tendo vivido nos dois regimes (podendo compará-los) e quem tinha 14 ou menos é considerado como socializado apenas no regime democrático. Para o Brasil, por exemplo, aqueles com mais de 42 anos em 2012 (ano do *survey*) pertencem à geração que teve experiência política em mais de um regime político e aqueles com 41 anos ou menos pertencem à geração que foi socializada e cuja experiência política ocorreu apenas na democracia.

Trabalhamos também com os conceitos de legado democrático e de legado autoritário. Para medir o legado democrático, utilizamos o índice elaborado por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001)<sup>11</sup>. Seguindo os passos dos autores, atribuímos o valor de 1 para as democracias, 0,5 para as semidemocracias e 0 para os regimes autoritários. O legado democrático é a soma desses valores para cada país em cada ano para o período de 1945 a 2012. Na Tabela 2, exemplificamos o cálculo com base na Argentina, porém devido ao espaço somente mostramos os 3 primeiros e os 3 últimos anos. Na quinta coluna temos os valores 1,0; 0,5 e 0,0, que dependem do tipo de regime (coluna 4) e então é feita a soma de todos esses valores da quinta coluna (de 1945 a 2012) chegando ao valor de 38,5 para esse país. Na Tabela 3 são apresentados os valores do legado democrático para cada país da região. Nela verificamos que o Haiti possui o menor legado democrático da região (5,5) e a Costa Rica o maior (65).

<sup>11</sup> Os autores classificam os regimes políticos de 19 países latino-americanos em todo período de 1900 a 2010 em: democráticos, semidemocráticos e autoritários. A diferença entre os regimes democráticos e os semidemocráticos é que estes últimos cumprem apenas a condição eleitoral da democracia, ou seja, eleições livres, periódicas e competitivas. Já as primeiras têm, além das eleições, a efetivação das liberdades e garantias individuais, necessárias ao livre exercício das competências políticas. Os dados estão disponíveis em: <<http://kellogg.nd.edu/democracies-materials.shtml>>. Acesso em 15/01/2016.



**Tabela 2 – Exemplo do cálculo do legado democrático.**

País	Ano	Score Polity IV	Classif. Mainwaring	Score
Argentina	1945	-8	A	0,0
Argentina	1946	-8	SD	0,5
Argentina	1947	-9	SD	0,5
...	...	...	...	...
Argentina	2012	8	D	1,0
Argentina	2013	8	D	1,0
Argentina	2014	8	D	1,0
Soma score				38,5

Fonte: Elaboração própria com base em Mainwaring (2013).

**Tabela 3 – Legado democrático para os países da América Latina.**

País	Score legado democrático
Haiti	5,5
Paraguai	14,5
Nicarágua	18
México	19
Guatemala	19
Honduras	23,5
El Salvador	24
Colômbia	29,5
Bolívia	32,5
Peru	33,5
Rep. Dominicana	34
Panamá	34,5
Argentina	38,5
Equador	44
Brasil	45
Chile	51
Uruguai	56
Venezuela	58
Costa Rica	65

Fonte: Elaboração própria com base em Mainwaring (2013).

Para medir o legado autoritário, o procedimento foi o seguinte. A partir da categorização de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001) para cada ano de 1945 a 2012 em que o regime foi considerado como autoritário, atribuímos o score do Polity IV, que varia originalmente de -10 a +10, mas quase sempre atribui notas negativas (de 0 a -10) para os anos autoritários<sup>12</sup>. O legado autoritário de um país é a soma desses

<sup>12</sup> Existem poucas exceções, mas, por exemplo, o Chile em 1989 é classificado como autoritário por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán e possui uma nota de +8 no score do Polity IV. Colômbia em 1957 é autoritário e tem Polity de +7. Costa Rica em 1948 é autoritário e tem Polity +10. República Dominicana é autoritário em 1962 e Polity de +8. Equador autoritário em 1969 com Polity de +5. Guatemala autoritário de 1966 a 1973 com Polity variando entre +3 e +1. Haiti é classificado como autoritário em 1990 e 1994 com Polity +7, autoritário em 1992 e Polity +2, autoritário em 2005 e Polity +3. Honduras é autoritário em 1980 e 1981 com Polity +1 e +4, respectivamente, e autoritário em 2009 com Polity +7.

valores em cada ano em que ele foi autoritário, entre 1945 e 2012. Esse índice reflete de forma mais sistemática os dois fatores em consideração, a qualidade (Polity IV) e o tempo de duração do regime. Na Tabela 4, exemplificamos o cálculo com base na Argentina. Na terceira coluna, temos o tipo de regime para determinado ano, porém aqui só nos interessa os anos de regime autoritário, e então é feita a soma de todas as notas Polity IV (quarta coluna) chegando ao valor de -179 para esse país. Na tabela 5 apresentamos os valores do legado autoritário para cada país da região.

**Tabela 4 – Exemplo do cálculo do legado autoritário.**

País	Ano	Classif. Mainwaring	Score Polity IV
Argentina	1945	A	-8
Argentina	1951	A	-9
Argentina	1952	A	-9
Argentina	1953	A	-9
Argentina	1954	A	-9
Argentina	1955	A	-6
Argentina	1956	A	-3
Argentina	1957	A	-1
Argentina	1962	A	-1
Argentina	1966	A	-9
Argentina	1967	A	-9
Argentina	1968	A	-9
Argentina	1969	A	-9
Argentina	1970	A	-9
Argentina	1971	A	-9
Argentina	1972	A	-9
Argentina	1976	A	-9
Argentina	1977	A	-9
Argentina	1978	A	-9
Argentina	1979	A	-9
Argentina	1980	A	-9
Argentina	1981	A	-8
Argentina	1982	A	-8
Soma score			-179

Fonte: Elaboração própria com base em Mainwaring (2013).

---

Panamá em 1955 e 1989 autoritário e Polity +4 e +8. Peru em 1978 autoritário e Polity +3, autoritário 1993 e 1994 e Polity +1. El Salvador em 1982 e 1983 autoritário e Polity +2 e +4. Venezuela em 1958 autoritário e Polity +6.

**Tabela 5 – Legado autoritário para os países da América Latina.**

País	Score legado democrático
Haiti	-363
Paraguai	-257
México	-225
Nicaragua	-223
Rep. Dominicana	-180
Argentina	-179
Bolívia	-147
Panamá	-147
El Salvador	-129
Brasil	-125
Guatemala	-117
Peru	-105
Chile	-101
Uruguai	-89
Honduras	-50
Equador	-42
Colômbia	-40
Venezuela	-39
Costa Rica	0

Fonte: Elaboração própria com base em Mainwaring (2013).

Por fim, cabe ressaltar que o legado democrático varia de 5,5 a 65 (quanto maior a nota melhor o legado) e o legado autoritário de 0 a -363 (quanto menor a nota pior o legado, mais privação de direitos civis e políticos).

#### *Variáveis de controle*

A literatura clássica tem apontado que condições socioeconômicas e culturais exercem uma importante influência na adesão à democracia. Entre elas, podemos citar o sexo, o interesse sobre política, a educação e a idade ou geração (INGLEHART, 1999; DALTON, 2004; MOISÉS, 1995, MOISÉS, 2010). Abaixo apresentamos como foram codificadas e trabalhadas as variáveis de controle utilizadas nos modelos dos próximos capítulos.

A variável “escolaridade” (“ed” no banco de dados) varia de 0 a 18, representando os anos de estudo do entrevistado. Segundo Converse (1972) nenhuma variável é tão importante quanto a escolaridade para explicar o comportamento político. A relação entre escolaridade e democracia está bem discutida na literatura, tanto a nível macro e micro. Sabe-se que os países com níveis educacionais mais elevados são as democracias mais estáveis (Lipset, 1959). Da mesma forma, para cada ano de escolaridade, o apoio à democracia é significativamente maior (Almond e Verba, 1963;

Dalton, 2004; Lagos, 2006; Booth e Seligson, 2009; Norris, 2011). Como afirmam Casalecchi e Fuks (2015), podemos distinguir dois mecanismos pelo quais a educação promove atitudes democráticas: o cognitivo e o de socialização. Na perspectiva cognitiva, escolas e universidades fornecem aos cidadãos informações e a capacidade de processá-los. Nestes ambientes, os indivíduos adquirem conhecimento sobre os eventos políticos e as habilidades para interpretá-los. Já a perspectiva da socialização argumenta que as escolas são ambientes onde as normas políticas e sociais são aprendidas e internalizadas. Mais do que um processo puramente cognitivo, as pessoas aprendem a apoiar a democracia e suas normas ao interagir em um ambiente em que esse valor é generalizado e melhorado. (CASALECCHI & FUKS, 2015). Logo, espera-se que quanto maior a escolaridade mais adesão à democracia seja expressa pelo indivíduo.

A variável “sexo” foi recategorizada como (0) Mulher (1) Homem. A variável “região de moradia” é mais um dos controles sociodemográficos e foi recategorizada como (0) Rural (1) Urbano.

A variável de “interesse por política” foi categorizada a partir da pergunta: “O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada?”. (1) Muito (2) Algo (3) Pouco (4) Nada (88) NS (98) NR. Sendo recategorizada para: (3) Muito (2) Algo (1) Pouco (0) Nada.

A variável “avaliação da economia do país” foi categorizada a partir da pergunta: “Agora, falando da economia: Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”. (1) Muito boa (2) Boa (3) Nem boa, nem má (regular) (4) Má (5) Muito má (péssima) (88) NS (98) NR. Sendo recategorizada para: (4) Muito boa (3) Boa (2) Regular (1) Má (0) Péssima.

### *Modelos de regressão*

A primeira estratégia de pesquisa foi estimar modelos hierárquicos para os 17 países da América Latina. Tais modelos levam em conta a natureza aninhada dos dados (ou seja, indivíduos dentro dos países), o que permite estimar simultaneamente o efeito das características contextuais e individuais sobre as atitudes políticas dos cidadãos. Pretendemos assim analisar de forma conjunta para a região se a socialização política

em mais de um regime seria um fator relevante em diferentes contextos nacionais latino-americanos e se esse efeito seria mediado pelos diferentes legados democráticos e autoritários desses países. Para incluir, no mesmo modelo, variáveis geradas tanto no nível individual como nacional e avaliar o seu impacto sobre uma variável dependente binária, com duas categorias, são apropriados os modelos hierárquicos de regressão logística.

#### **4) Efeitos do ciclo de vida? Uma análise em escala mundial**

Alguns estudiosos visualizam a mudança de atitude, principalmente em função do envelhecimento ou ciclo da vida. Enquanto os indivíduos amadurecem, eles encontram novas circunstâncias sociais e pessoais, incluindo faculdade, emprego, casamento, criação de filhos e aposentadoria. Cada fase da vida traz novas funções e responsabilidades, alterando interesses e experiências e modificando atitudes como resultado. Fillieule (2013) destaca a ideia básica predominante de que as necessidades específicas de cada estágio da vida resultariam na adoção de determinadas atitudes políticas.

Como temos visto há estudos afirmando a importância de se considerar os efeitos do ciclo de vida no comportamento político dos indivíduos. Já existe um grande número de estudos ressaltando esse efeito em relação à participação política, à identificação partidária (Abramson, 1979; Converse, 1976) e o voto (Blais et al., 2004; Goerres, 2007; Waas, 2007). Entretanto, é difícil imaginar processos que ocorrem no decorrer da passagem pelas fases da vida afetando a adesão à democracia de um indivíduo. Difícil até mesmo formular uma hipótese se jovens, adultos ou idosos teriam adesões diferenciadas ao regime simplesmente pela sua diferença de idade.

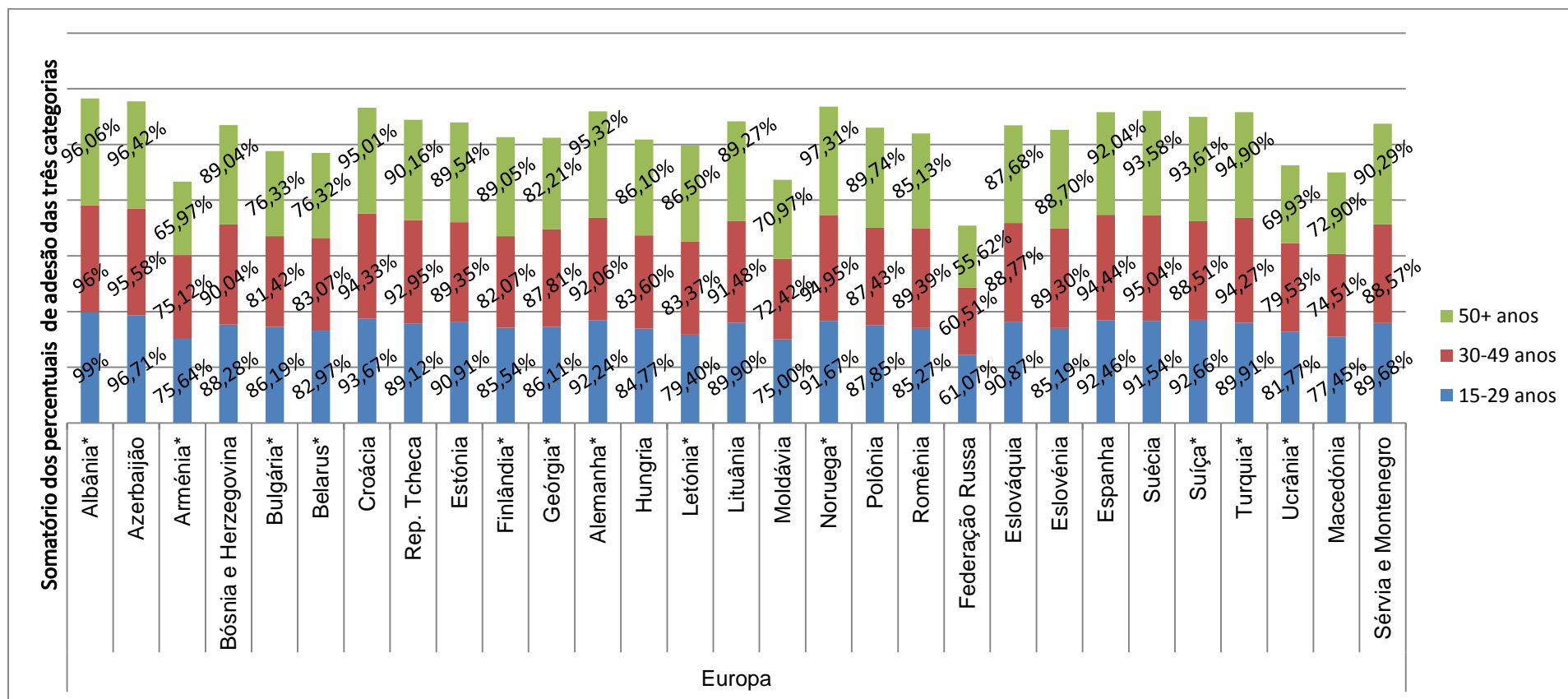
Mesmo assim, o efeito do ciclo de vida coloca-se como teoria “rival” ou como um efeito imbricado ao efeito geracional, alguns estudos inclusive argumentando sobre a impossibilidade ou extrema dificuldade de separação dos dois efeitos (Jennings & Stoker, 2004), que quando ocorre é feita com maior sucesso por estudos de painel. Dessa forma, julgamos pertinente antes de caminharmos para a análise geracional da adesão democrática, testar se existe um padrão universal, em escala mundial, de adesão à democracia em relação às etapas do ciclo de vida. Se esse padrão existir, possíveis efeitos geracionais futuramente encontrados poderiam estar na verdade associados às dinâmicas do ciclo de vida, em que indivíduos em virtude da sua localização em certa fase da vida adeririam mais ou menos ao regime democrático. Porém, se não encontramos esse efeito do ciclo de vida, teremos mais segurança da robustez dos efeitos geracionais que por ventura encontrarmos.

As análises aqui descritas obedecem à metodologia descrita no capítulo anterior. Assim, são apresentados neste bloco os resultados referentes a adesão à democracia para

cada faixa do ciclo de vida para 49 países do globo em diferentes continentes. Apesar dos dados descritivos proporcionarem certas limitações, procura-se demonstrar como o ciclo de vida se comporta em relação à adesão democrática da forma mais universal possível. A seguir apresentamos o Gráfico 1 com análise para os países da Europa, o Gráfico 2 para países asiáticos, o Gráfico 3 para países da América e o Gráfico 4 com análises para os poucos países contemplados pelo banco referentes a Oceania e África.

Podemos observar pelo Gráfico 1 que não existe um padrão muito claro na Europa em relação à adesão democrática por ciclo de vida. Em 13 dos 29 países os mais velhos aderem mais a democracia que os jovens (7 com diferenças estatisticamente significantes) e em 13 países os jovens aderem mais a democracia que os idosos (6 com diferenças estatisticamente significantes), portanto nos 3 países restantes se daria um empate entre jovens e idosos e em 2 casos com a categoria do meio (adultos) sendo a que adere mais a democracia (Romênia e Espanha). Interessante notar que, em todos os países ex-repúblicas soviéticas presentes no gráfico, a adesão dos jovens supera a dos mais velhos, com uma única exceção para Letônia. Mishler e Rose (1999, 2007) chegaram a ressaltar a presença de um efeito geracional nesses países, com certa nostalgia ao regime comunista pelos mais velhos, porém as análises eram mais centradas nos anos seguintes às transições. Também merece atenção o fato de que nas velhas democracias (Noruega, Polônia, Suécia, Suíça e Turquia) os mais velhos aderem mais a democracia, isso também ocorre na Alemanha e Finlândia, que tiveram regimes autoritários de 1933-1945 e 1944-1946, respectivamente. Ainda cabe ressaltar que, excetuando os países do Leste Europeu (Armênia, Bulgária, Belarus, Letônia, Moldávia, Ucrânia), são pequenas em magnitude as diferenças entre faixas-etárias nos países, além de existir uma forte adesão à democracia (geralmente superior a 90%) na maioria deles.

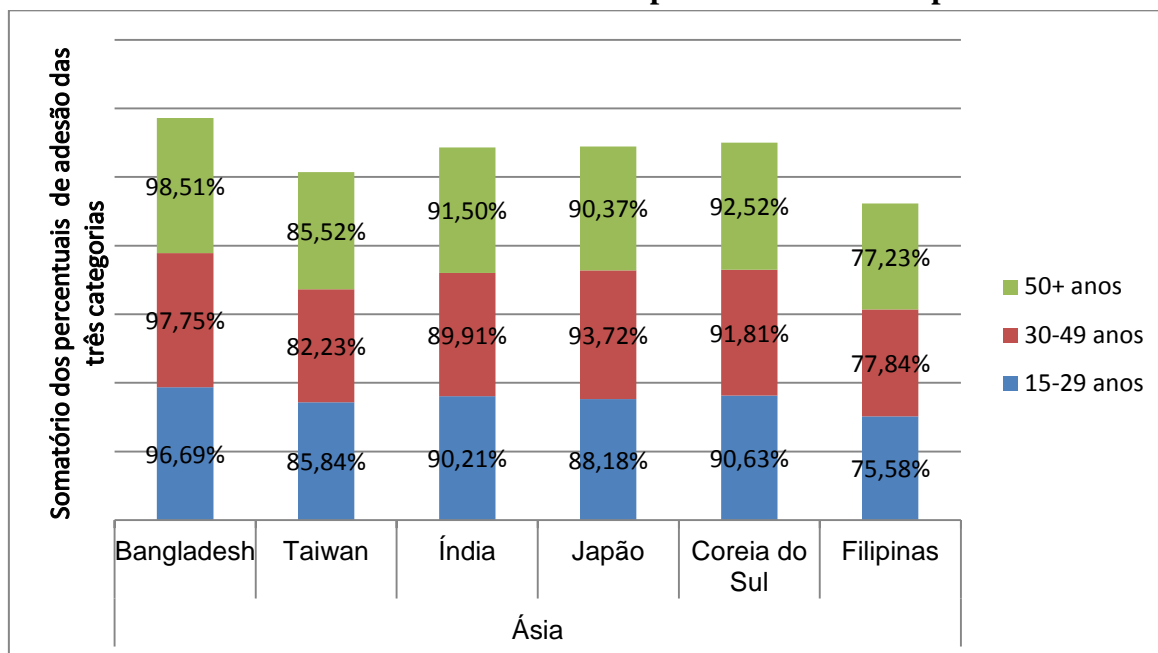
**Gráfico1 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Europa.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do WVS (1994-1999). Os países com asterisco (\*) são os que apresentaram diferenças entre os grupos estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.



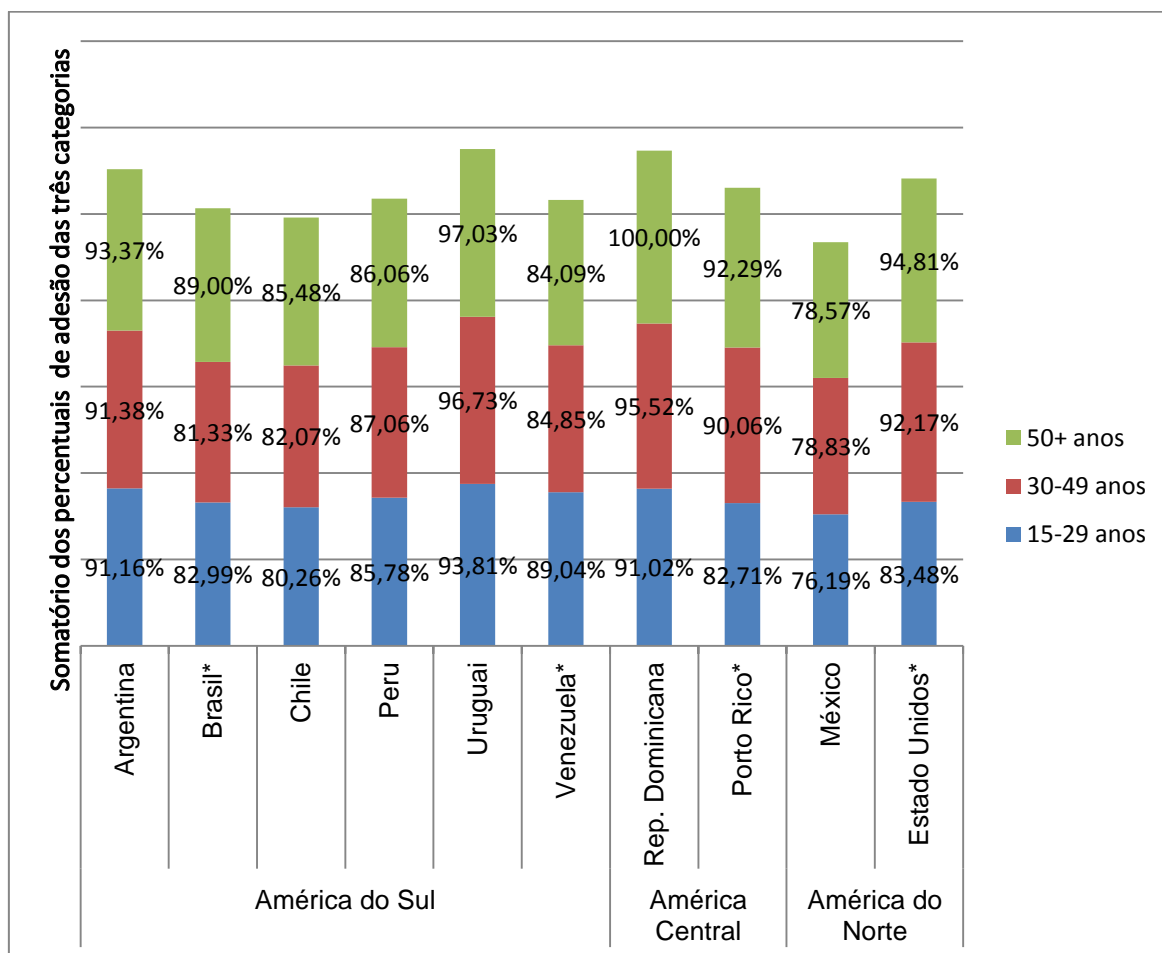
**Gráfico2 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Ásia.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do WVS (1994-1999). Os países com asterisco (\*) são os que apresentaram diferenças entre os grupos estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.

Observamos pelo Gráfico 2 que, em países da Ásia, os idosos aderem mais a democracia que os jovens e adultos. Porém, este padrão não existe em Taiwan e no Japão e Filipinas, apesar dos idosos aderirem mais que os jovens, são os adultos que apresentam maior adesão democrática nesses locais. Novamente, são muito pequenas em magnitude as diferenças entre faixas-etárias nos países e a região no geral também apresenta uma forte adesão à democracia, apenas um pouco mais baixa nas Filipinas (77%).

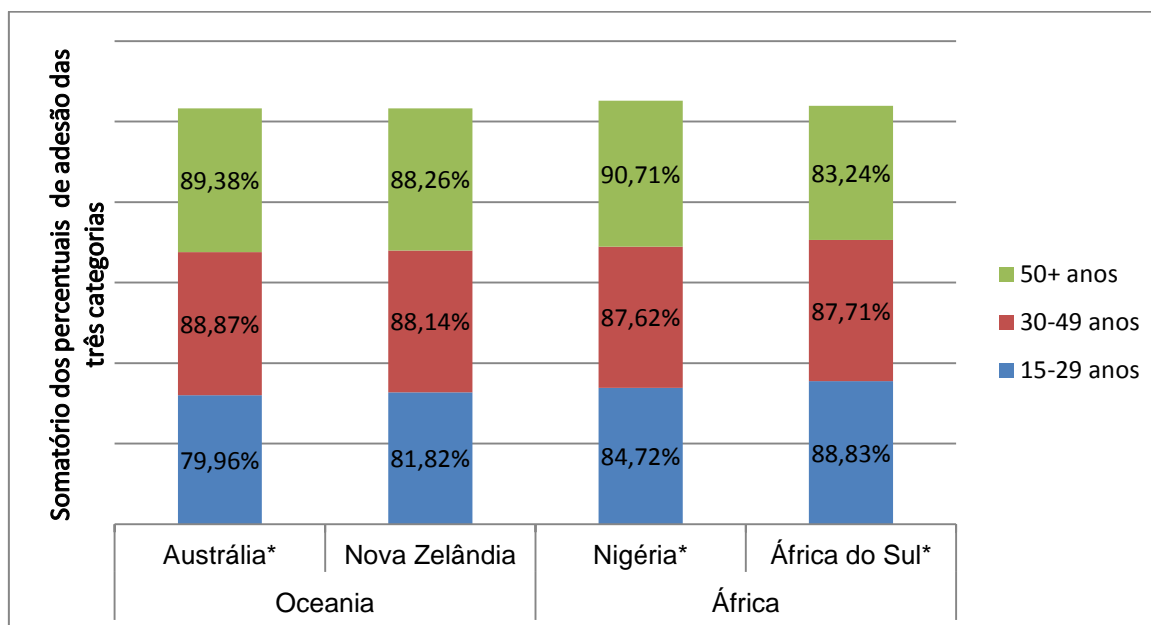
**Gráfico3 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da América.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do WVS (1994-1999). Os países com asterisco (\*) são os que apresentaram diferenças entre os grupos estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.

Observamos pelo Gráfico3 que na América, praticamente em todos os países, os idosos aderem mais a democracia que os jovens e adultos. Em alguns casos (Rep. Dominicana, Porto Rico e Estados Unidos) já não são tão pequenas em magnitude as diferenças entre faixas-etárias. A região no geral também apresenta forte adesão à democracia, quase sempre superior a 80%.

**Gráfico4 - Percentual de Adesão à democracia por ciclo de vida em países da Oceania e África.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do WVS (1994-1999). Os países com asterisco (\*) são os que apresentaram diferenças entre os grupos estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.

Observamos pelo Gráfico 4 que na Austrália e Nova Zelândia os mais velhos aderem mais a democracia que os mais jovens, com certa diferença de magnitude entre as faixas-etárias. Nesses países a adesão é alta e supera os 80%. Na Nigéria, também os idosos aderem mais a democracia. A exceção fica para a África do Sul, onde os jovens aderem mais o regime democrático do que os mais velhos.

Por meio da análise de todos os gráficos podemos constatar um grande apreço pela democracia nos diversos países do globo e um grande número de países em todos os continentes em que os idosos aderem mais a democracia do que os mais jovens. Esse foi o caso de Noruega, Polônia, Suécia, Suíça, Turquia, Alemanha e Finlândia na Europa, de Austrália e Nova Zelândia na Oceania, da Nigéria na África e de quase todos os países da Ásia e das Américas. Porém, estamos longe de comprovar um padrão universal, em que à medida que o indivíduo envelhece ou chega aos 50 anos sua adesão à democracia aumenta independente do contexto onde vive. Nos seguintes países, são os mais jovens que apoiam mais a democracia: Albânia, Azerbaijão, Armênia, Bulgária, Belarus, Estônia, Lituânia, Moldávia, Romênia, Rússia, Eslováquia, Espanha, Ucrânia, Macedônia, Taiwan, Venezuela e África do Sul. Portanto, não existe um padrão muito

claro no mundo em relação à adesão democrática em função do ciclo de vida. Consideramos assim fracas as evidências para um efeito do ciclo de vida em relação à adesão a democracia. Agora nos próximos capítulos testaremos se há efeitos geracionais.

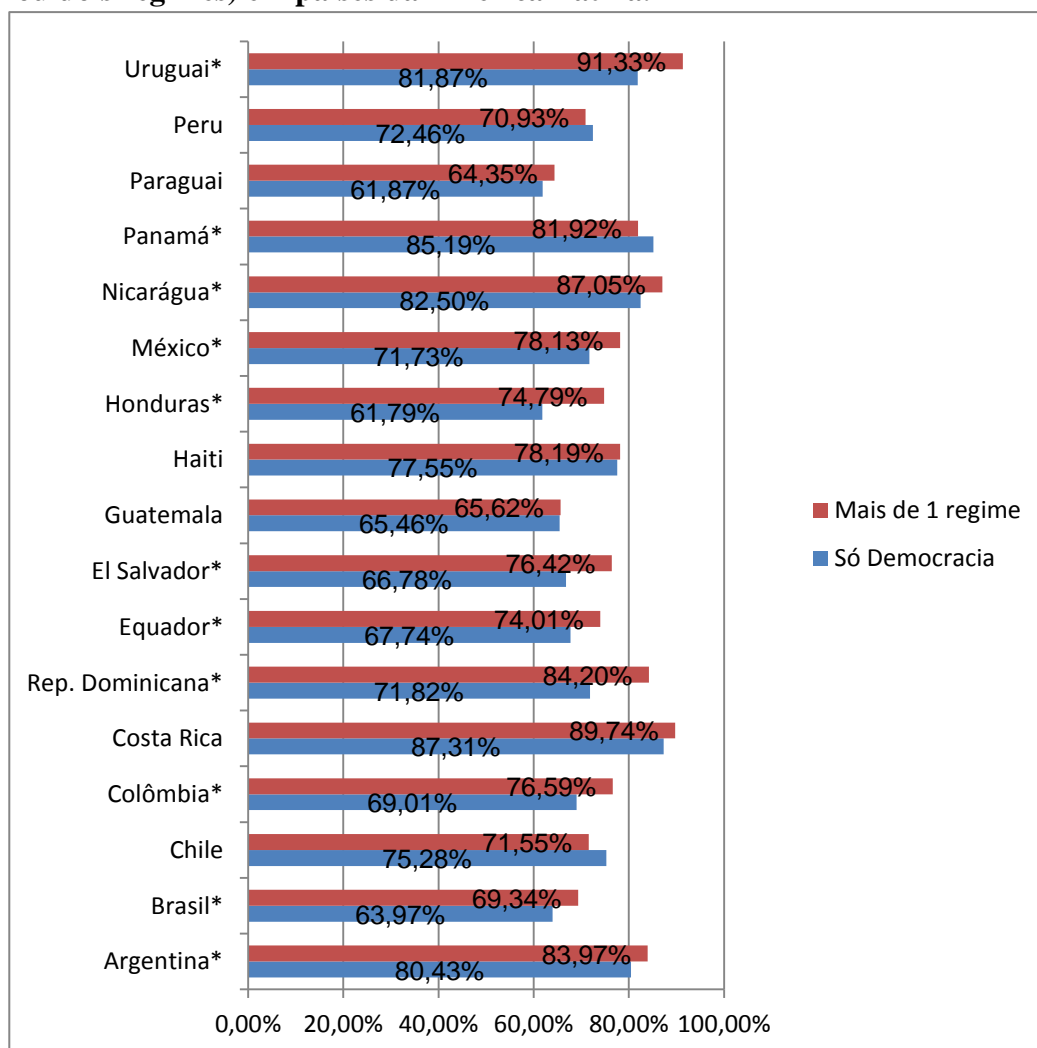
## 5) Diferenças intergeracionais na adesão à democracia

### 5.1 Uma análise do apoio ao regime na América Latina

#### 5.1.1 Análise Descritiva

Começamos pela análise descritivas dos dados, verificando o padrão de adesão à democracia para os diferentes países latino-americanos pelos dois grupos de gerações políticas, com o objetivo de avaliar se essas diferenças são maiores em alguns países do que em outros, além de verificar se elas são estatisticamente significativas (Gráfico5).

**Gráfico5 - Percentual de Adesão à democracia por gerações políticas (socializadas em um ou dois regimes) em países da América Latina.**



Fonte: Barômetro das Américas 2012. Os países com asterisco (\*) são os que apresentaram diferenças entre os grupos estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.

Observamos que aqueles indivíduos que tiveram experiência política em mais de um regime apoiam mais o regime democrático do que aqueles que foram socializados somente na democracia. Mas, verificamos exceções como no Peru, Chile e Panamá, onde ocorre o contrário, apesar dessas diferenças não apresentarem significância estatística para os dois primeiros.

### 5.1.2 Média da Adesão à democracia por variáveis independentes

As médias dos valores da variável dependente de adesão à democracia por categorias das variáveis de interesse são apresentadas na Tabela 6a e 6b. Verificamos que na maioria dos países latino-americanos os residentes de áreas rurais, os homens, os que se interessam por política, os que avaliam bem a economia do país e os que possuem maior escolaridade possuem ligeiramente maior adesão à democracia.

**Tabela 6a – Média da Adesão à democracia (%) por variáveis independentes para cada país.**

País	Região de Moradia		Sexo		Interesse por Política			
	Urbano	Rural	Homem	Mulher	Nada	Pouco	Algo	Muito
Paraguai	60,55	66,09	62,95	62,94	61,65	61,69	65,52	65,41
Guatemala	65,27	65,88	66,57	64,52	56,46	66,87	74,23	78,46
Brasil	65,96	66,01	67,05	64,85	60,92	66,91	69,62	75,00
Honduras	67,77	70,99	68,53	70,19	70,18	72,47	65,22	66,67
Equador	68,4	72,02	72,38	66,77	66,89	69,67	72,51	74,47
Peru	72,07	69,69	72,54	70,49	72,57	70,83	72,07	71,25
El Salvador	70,19	75,52	73,02	70,76	73,12	74,33	68,33	68,42
Colômbia	72,36	72,3	71,99	72,73	71,30	77,31	72,81	58,22
Chile	73,83	64,82	76,28	70,52	68,80	73,32	79,15	75,44
México	74,73	74,37	74,97	74,32	69,29	75,92	77,03	77,78
Rep. Dominicana	75,63	74,4	76,13	74,19	72,58	72,58	74,72	81,57
Haiti	76,98	79,78	76,46	79,89	78,65	78,35	77,74	76,67
Argentina	82,63	76,47	81,98	81,83	79,08	84,68	81,57	82,17
Panamá	84,55	81,87	83,72	83,55	87,40	80,20	80,19	78,38
Nicarágua	82,83	86,34	84,72	83,76	84,55	83,39	87,12	81,45
Uruguai	86,42	94,74	86,43	87,72	83,14	87,05	89,66	89,75
Costa Rica	86,71	88,51	88,67	86,07	87,01	88,39	87,28	84,21
Total	75,14	75,23	75,65	74,68	74,00	75,18	76,54	76,31

Fonte: Barômetro das Américas 2012.

**Tabela 6b – Média da Adesão à democracia (%) por variáveis independentes para cada país (continuação).**

País	Avaliação da Economia do país					Escolaridade		
	Péssima	Mal	Regular	Boa	Muito Boa	Baixa	Média	Alta
Paraguai	67,38	63,37	59,71	68,33	68,42	63,53	61,91	63,45
Guatemala	68,42	62,32	66,84	71,33	60,98	62,88	66,39	67,76
Brasil	59,60	61,54	65,24	70,18	60,61	60,34	65,65	74,88
Honduras	49,67	70,52	76,16	65,19	66,67	68,92	69,77	69,41
Equador	67,57	65,17	71,18	71,96	44,44	60,16	70,29	70,65
Peru	50,91	70,07	71,45	78,35	69,23	67,74	69,50	75,00
El Salvador	65,74	74,23	71,90	71,58	66,67	74,88	67,63	74,32
Colômbia	61,05	73,86	72,16	74,13	85,00	74,66	74,18	80,38
Chile	63,01	66,56	73,58	77,66	71,88	68,92	68,30	75,88
México	65,88	73,01	78,72	73,76	85,71	72,49	74,97	75,54
Rep. Dominicana	74,87	76,58	72,85	78,05	70,00	78,57	71,67	76,60
Haiti	79,09	75,11	80,88	78,69	70,00	71,83	77,50	80,63
Argentina	70,13	82,59	81,09	84,55	91,89	82,69	76,26	86,64
Panamá	79,07	86,27	80,52	87,47	86,36	81,48	84,53	83,38
Nicarágua	89,77	87,50	83,37	81,18	80,00	87,42	82,39	82,30
Uruguai	74,47	83,22	84,69	91,06	93,65	90,41	85,45	89,17
Costa Rica	90,84	87,40	88,05	84,29	81,48	87,39	86,94	88,61
Total	70,26	74,35	75,34	78,02	75,25	73,60	74,61	77,35

Fonte: Barômetro das Américas 2012.

### 5.1.3 Análise de regressão

Para testarmos nossas hipóteses a respeito do padrão de adesão à democracia pelos dois grupos de gerações políticas latino-americanas, estimamos modelos hierárquicos para 17 países. Pretendemos assim analisar de forma conjunta para a região se a socialização política em mais de um regime seria um fator relevante em diferentes contextos nacionais latino-americanos e se existem efeitos condicionais do legado democrático e autoritário que aumentam ou diminuem o hiato da adesão democrática entre as gerações.

Nosso modelo de nível 1 e 2 assume a seguinte forma:

Nível 1:

$$Y = B_0 + B_1*(região de moradia) + B_2*(sexo) + B_3*(anos de escolaridade) + B_4*(interesse político) + B_5*(avaliação da economia do país) + B_6*(geração) + R$$

Nível 2:

$$B_0 = G_0 + G_1*(legado autoritário) + G_2*(legado democrático) + U_0$$

Inicialmente estimamos o modelo nulo (sem preditores de nenhum dos dois níveis) que permite avaliar a magnitude da variação da nossa variável de adesão democrática entre os países e se faz necessário para o cálculo do coeficiente de correlação intra-classe (ICC). O ICC mede o percentual da variação total da adesão dos indivíduos pesquisados que é atribuído às particularidades do país em que se localiza. O ICC é calculado dividindo a variância do nível macro sobre a variância total podendo variar de 0 a 1 (Raudenbush & Bryk, 2002):

$$\rho = \frac{\tau_{00}}{\tau_{00} + \sigma^2}$$

Um valor muito baixo (próximo de zero) poderia significar que os países são homogêneos entre si e que a adesão à democracia do cidadão seria independente do seu país e, portanto, a análise multinível não precisaria ser aplicada. Porém, como nossa variável dependente é binária tendo uma distribuição de Bernoulli (adere à democracia=1; não adere=0), o modelo nulo estima a razão de chance média ( $\gamma_{00}$ ) de adesão entre os países em 1,141 e a variância entre os países em termos das médias das razões de chance ( $\tau_{00}$ ) em 0,178. Como o ICC só se aplica a modelos multiníveis lineares, em modelos não lineares, como o logístico, a fórmula não é útil (Raudenbush & Bryk, 2002). Assim a melhor opção seria o cálculo do VPC (*Variance Partition Coefficient*), que trata a variável dependente como uma medida contínua latente seguindo uma distribuição logística. A fórmula então seria:

$$\rho = \frac{\tau_{00}}{\tau_{00} + \pi^2/3}$$

Para o nosso caso verificou-se um valor de 0,0513 como se segue:  $\rho = \frac{0,178}{(0,178 + \pi^2/3)} = \frac{0,178}{(0,178 + 3,29)} = 0,0513$ . Portanto, o resultado encontrado nos nossos dados sugere que, a princípio, 5,13% da variância da adesão democrática está associada à variabilidade entre os países, um valor baixo, mas que ainda justificaria o uso de modelos de regressão multinível. Como se trata de um comportamento individual era previsível que a maior parte da variação se deva ao nível micro, todavia, 5,13% de variação no nível nacional não é algo desprezível e merece atenção. Também vale a pena observar que existe uma variabilidade clara da adesão à democracia entre os países constatada pela Tabela 7 abaixo, indo de 62,94% no Paraguai a 87,36% na Costa Rica.



**Tabela 7 – Adesão à democracia na América Latina - 2012.**

PAÍS	Adesão à democracia (%)
Paraguai	62,94
Guatemala	65,58
Brasil	65,97
Honduras	69,35
Equador	69,64
Peru	71,53
El Salvador	71,95
Colômbia	72,35
Chile	72,66
México	74,64
Rep. Dominicana	75,19
Haiti	78,16
Argentina	81,91
Panamá	83,64
Nicarágua	84,24
Uruguai	87,08
Costa Rica	87,36
Média Total	75,16

Fonte: Barômetro das Américas 2012.

A seguir são apresentados três modelos, o Modelo1 é exatamente igual ao descrito anteriormente com as duas variáveis de legado no segundo nível. No modelo2 é ainda incluída uma interação “cross-level”<sup>13</sup> entre geração e legado autoritário e no Modelo3 essa interação é substituída por uma entre geração e legado democrático.

Verificamos pelo Modelo 1 da Tabela 8 que a variável geracional obteve impacto positivo e significativo. O primeiro modelo é o principal para testar esse efeito isolado, pois não contém as interações “cross-level” que estão presentes no segundo e terceiro modelo, que mudam a interpretação das variáveis isoladas<sup>14</sup>. Esses resultados corroboram nossa hipótese baseada nos resultados de Lagos e Moreno (2013) de que as gerações mais velhas, socializadas em um regime autoritário, apoiam mais a democracia. Ou seja, o fato de gerações mais velhas poderem comparar o velho e o novo regime resulta numa maior adesão à democracia. Diferentemente de Mishler e Rose (2007), que acreditavam que a diferença geracional era um fenômeno específico

<sup>13</sup> Interação “cross-level” seria a Interação entre níveis, ou seja, a interação entre variáveis de diferentes níveis. A relação entre a variável preditora do nível 1 é moderada ou afetada pela presença da variável preditora do nível 2.

<sup>14</sup> Apesar de perder significância no terceiro modelo quando incluímos a interação entre geração e legado democrático, deve-se considerar que ela seria significativa num teste unicaudal (seu p-valor foi de 0,115). Isso nos traz confiança para considerar que a variável geração é relevante nos modelos para explicar a adesão à democracia.

do período de transição democrática, verificamos, em nossa análise, que tal diferença ainda persiste na América Latina e no Caribe, embora no sentido inverso.

Lagos e Moreno (2013) também chegaram a resultados similares em seu estudo, ressaltando que as gerações mais velhas teriam lembranças dos regimes militares e da falta de competição política, o que poderia torná-las mais propensas a apoiar a democracia, sendo que as gerações mais jovens podem assumir como “naturais” as conquistas efetivadas com mudança de regime e, portanto, não valorizá-las tanto.

É importante enfatizar que o efeito geracional é consistente mesmo quando controlamos por escolaridade, interesse político e avaliação da economia. Assim como Schlegel (2010) esse resultado reforça a interpretação que as diferenças geracionais não estão ligadas a uma possível diferença de escolaridade das gerações. O autor também verificou em seu estudo que “quando controlada a escolaridade, as diferenças entre gerações apareceram de forma até mais clara. (...) indicando que há traços singulares, propriamente geracionais, que independem da escolaridade diferenciada de cada grupo de coortes” (SCHLEGEL, 2010, p.230). O resultado também vai contra a tese que o efeito geracional seria anulado pelas avaliações de curto prazo como os efeitos do desempenho da economia. (MISHLER & ROSE, 2007).

As variáveis de controle se comportaram, em geral, da forma esperada em todos os três modelos. Com a escolaridade, interesse por política e avaliação da economia do país apresentando efeito positivo e significativo. Já o sexo, apesar de sempre apresentar efeito positivo, não apresentou significância estatística. Região de moradia apresentou efeito significativo e negativo.

Das variáveis de segundo nível, melhor visualizadas no Modelo1 sem as interações, tanto o legado autoritário como o democrático apresentaram significância estatística, sendo o primeiro com efeito negativo e o segundo positivo. Indicando que aqueles países com maior tradição e qualidade de democracia tendem a ter maior legitimidade e o contrário para os países em que predominaram regimes autoritários que mais privaram seus cidadãos de direitos civis e políticos. O efeito positivo e significativo do legado democrático na adesão à democracia confirma achados de estudos recentes (Gibson e Duch, 1992; Chu e Huang, 2007; Booth e Seligson, 2009; Salinas e Booth, 2011) e reforça a tese de que o desenvolvimento de uma tradição

democrática e o bom funcionamento das instituições democráticas são aspectos importantes para a manutenção da legitimidade política (Muller e Seligson, 1994) já que uma vez formada a legitimidade, espera-se que ela ajude a preservar e melhorar as instituições democráticas. (Almond e Verba, 1963; Norris, 2011). Por sua vez, o legado autoritário está ligado aos resquícios de traços autoritários e abusos de direitos, que são de alguma forma herdados do passado por instituições e indivíduos e as vezes precisam de muito tempo para serem minados, não favorecendo uma maior identificação dos cidadãos com o regime.

O estudo já mostrou o efeito positivo tanto do legado democrático como do efeito geracional na adesão, mas e a interação entre os legados e a geração? A principal novidade deste trabalho é examinar o efeito interativo dos diferentes legados e a geração. Pretende-se verificar se a intensidade do apoio democrático depende do grau e do tempo em que o regime autoritário vigorou, com a suposição que os cidadãos que vivenciaram um regime mais duro e que suplantou direitos por mais tempo terão ainda maior aversão ao regime anterior e maior apreço pelo atual. E também verificar se a intensidade desse apoio deve depender do próprio contexto da experiência democrática, aqui a suposição é que se a democracia não funciona bem ou não tem tradição no país nem quem sofreu privações no regime autoritário têm motivos para se encantar com ela.

Finalmente, observando os resultados das interações entre geração e os legados nos Modelos 2 e 3 da Tabela 8. Verificamos que nenhuma das interações apresentou efeito significativo. Assim, não podemos afirmar que as gerações socializadas em dois regimes aderem mais ou menos à democracia em função da tradição e da qualidade da democracia. Nem tampouco podemos afirmar que a socialização política em regimes autoritários mais ou menos duros e longevos resulta em diferentes intensidades na adesão à democracia. Ou seja, os dados de que dispomos não nos permitem ir além da tese de Lagos e Moreno (2013). A socialização em diferentes ambientes (incluindo regimes mais e menos autoritários e duradouros) tem relevância, pois, independentemente da sua duração ou a qualidade, eles marcaram gerações de uma mesma forma.

**Tabela 8 – Determinantes da adesão democrática na América Latina. Modelo hierárquico logístico.**

	Adesão à democracia (binária)		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Constante	0,626	0,616	0,621
<b>Efeitos de Nível Individual</b>			
Geração (ref. geração que viveu somente democracia)	1,461***	1,678***	1,375
Geração * legado autoritário		1,001	
Geração * legado democrático			1,002
Região de moradia (ref. rural)	0,866***	0,866***	0,866***
Sexo (ref. mulher)	1,036	1,036	1,036
Escolaridade	1,034***	1,034***	1,034***
Interesse político	1,047***	1,047***	1,047***
Avaliação economia país	1,059***	1,059***	1,059***
<b>Efeitos de Nível Macro</b>			
Legado autoritário	0,998*	0,998*	0,998*
Legado democrático	1,022***	1,022***	1,022***
N Nível 1	24344	24344	24344
N Nível 2	17	17	17

Fonte: Barômetro das Américas 2012. Nota: \*\*\* significativo ao nível de 0.1%; \*\* significativo ao nível de 1%; \* Significativo ao nível de 5%.

A maioria dos estudos sobre atitudes democráticas relegam a dimensão geracional a um segundo plano e utilizam a variável “idade” apenas como controle em seus modelos. Aqui buscamos mostrar a importância de estudar o processo de formação e mudança dessas atitudes levando em consideração o fator geracional, em especial em novas democracias. Com esse propósito, o presente trabalho analisa os efeitos geracionais em países da América Latina, diferenciando os cidadãos que foram socializados no regime democrático daqueles que tiveram experiência política também com o regime autoritário. Por um lado, os resultados corroboraram nossa hipótese de que as gerações mais velhas, capazes de comparar suas experiências com o velho e o novo regime, demonstram um maior grau de apoio à democracia. Por outro lado, o impacto da experiência política com o regime autoritário não se mostrou condicionado pela habituação e pela “qualidade” do regime vivido.

Esse resultado contraria a expectativa gerada pelo argumento e dados apresentados pelos estudos de Mishler e Rose, de que, em curto prazo, o fator geracional seria anulado pelos efeitos do desempenho do sistema político e da economia. Passadas algumas décadas da transição democrática em vários países da América Latina, ainda encontramos presentes efeitos geracionais, como já haviam observado Lagos e Moreno (2013).

## **5.2 Um olhar sobre o Brasil**

Alguns autores têm afirmado a importância de se considerar a experiência tanto do novo quanto do antigo regime nas análises sobre o comportamento político em novas democracias (Mishler e Rose, 1999, 2002, 2007). No contexto brasileiro, Moisés vem enfatizando a permanência de traços culturais autoritários e atitudes incompatíveis com a democracia, que convivem com valores democrático-liberais, trazendo dificuldades para o fortalecimento do regime democrático (Moisés, 1995, 2005, 2008). A dimensão geracional certamente é relevante para compreender a presença desses padrões de atitudes ambivalentes. Na seção anterior verificamos a presença de efeitos geracionais para a região latino-americana e agora buscaremos aprofundar a análise focalizando o caso brasileiro.

Seguindo nessa direção, esta seção do trabalho examina se existem diferenças em relação à adesão democrática e alguns de seus princípios entre gerações que foram

socializadas em diferentes tipos de regime no país, por exemplo, a ditadura, a fase de transição e a democracia. Procuramos ir um pouco além das análises anteriores, com uma operacionalização mais acurada das gerações para o país.

Esperamos encontrar ainda presentes efeitos geracionais na realidade brasileira, em que os mais velhos aderem mais à democracia do que os mais novos, já que têm vívidas memórias do regime anterior. Consideramos que a experiência de ter vivido num regime que não concede direitos civis e políticos elementares torna o indivíduo mais propenso a apoiar a democracia. Também testaremos como esse apoio se dá em relação a um conjunto de princípios e normas do jogo democrático, que possibilita qualificar melhor a adesão ao regime democrático no país e verificar se existe uma predisposição maior para algumas gerações adotarem certos princípios em relação a outros.

Nas análises anteriores para a América Latina, tivemos que optar por uma operacionalização das gerações que levava em consideração somente o fato de o indivíduo ter tido experiência de vida ou não com o regime político anterior. Em virtude da grande quantidade de países não foi possível adentrar na história política de cada um deles e distinguir outras gerações baseadas na quantidade de regimes políticos que cada cidadão vivenciou ou distinguir para cada país, as gerações das transições. Isso se torna ainda mais complexo quando consideramos que alguns países sofreram um maior número de rupturas democráticas em sua história e algumas vezes em curto espaço de tempo. Diferentemente, na análise para o Brasil, conseguimos recodificar a variável original de idade de forma um pouco mais detalhada para assumir a forma geracional.

Indivíduos brasileiros de faixas etárias distintas tiveram diferentes experiências de socialização política em decorrência da relativamente recente mudança institucional pela qual passou o país. Aqueles que, em 2012, possuíam menos de 24 anos viveram sob instituições democráticas desde o nascimento (considerando que a ditadura durou de 1964 a 1985 (com período transitório até 1988), enquanto indivíduos mais velhos passaram importante parte do seu período de maior suscetibilidade<sup>15</sup> sob um desenho institucional diferente (Estado Novo ou democracia de 1946, período autoritário de 64 ou momento da transição democrática).

---

15 Disposição especial para sofrer influências. Correlato ao conceito de “anos impressionáveis” explicado anteriormente nas páginas 5 e 7.

Em nosso estudo, as gerações são categorizadas com base no ano de nascimento dos entrevistados e de acordo com o tipo de regime vigente no país. Dessa forma, estabelecemos a idade de 15 anos como marco definidor das gerações. Assim, para saber a qual regime determinado indivíduo pertence, verificamos em qual regime esse indivíduo estava quando tinha 15 anos. Por exemplo, se ele tinha 15 anos na época da ditadura, ele pertence a esse grupo. Em nossa análise, foi possível contemplar três gerações: ditadura, transição e democracia. Não incorporamos o Estado Novo e a Democracia de 1946 por serem muito poucos os indivíduos da amostra que pertenciam a esses grupos. A Tabela 9 mostra como ficou a composição de cada geração:

**Tabela 9 – Gerações políticas no Brasil, 2012.**

Geração política	Período histórico	Ano nascimento	Idade em 2012	Porcentagem de respondentes e (N)
Ditadura	1964-1981	1949-1966	46-63	24,45% (346)
Transição	1982-1989	1967-1974	38-45	16,75% (237)
Democracia	1990+	1975-1997	37-15	58,80% (832)
Total				100% (1415)

Fonte: Elaboração própria.

Nessa seção, utilizamos duas medidas de adesão à democracia. A primeira é a adesão “churchilliana” à democracia recodificada em variável binária, a mesma utilizada nas análises para a América Latina. A segunda medida é aquela que considera cinco procedimentos e normas democráticas (eleições livres e competitivas, a liberdade de manifestação pacífica, a independência dos poderes, o estado de direito e a tolerância política) em separado e um índice somatório de todas elas (adesão multidimensional à democracia). Na sequência são apresentadas as análises descritivas e de regressão.

### 5.2.1 Análise descritiva

Começamos pela análise descritiva dos dados, verificando o padrão de adesão à democracia, tanto em relação à usual medida churchilliana como a cinco atitudes correspondentes às diferentes características distintivas do regime democrático: eleições livres e competitivas, a liberdade de manifestação pacífica, a independência dos poderes, o estado de direito e a tolerância política.

**Tabela 10 - Percentual de Adesão à democracia por gerações políticas no Brasil (2012).**

Adesão à democracia	Geração Democracia	Geração Transição	Geração Ditadura	Total
Não	282 36,53%	71 32,42%	92 29,21%	445 34,07%
Sim	490 63,47%	148 67,58%	223 70,79%	861 65,93%
Total	772	219	315	1306

Fonte: Barômetro das Américas 2012. Os grupos apresentaram diferenças estatisticamente significantes no teste de qui-quadrado.

Observamos pela Tabela 10 que o apoio à democracia verificado pela medida de adesão comum aumenta da geração mais jovem que adere 63,5% para a geração da transição (67,6%) e para a geração mais velha que possui adesão de 70,8%, sendo essas diferenças entre grupos estatisticamente significantes. Já pela Tabela 11 verificamos que a adesão ao princípio de eleições livres e competitivas é maior entre as duas gerações mais velhas em relação a geração mais jovem. No relativo à adesão ao estado de direito observamos que a geração mais velha apoia mais (74,56%) do que as duas gerações mais jovens (70% a democracia e 67% a da transição). Porém, esse padrão se inverte em relação aos princípios de liberdade de manifestação e independência dos poderes. Nesses casos, a geração mais velha é a que apresenta atitudes menos democráticas. A adesão a tolerância política é praticamente a mesma para todas as gerações em torno dos 40%.

Interessante notar que os brasileiros como um todo aderem fortemente aos princípios de eleições livres e competitivas (83,79%), independência dos poderes (85,36%) e ao estado de direito (70,77%), mas aderem fracamente aos princípios de liberdade de manifestação (51,04%) e tolerância política (40,24%).

Apesar da geração que viveu os dois regimes ser a que mais adere aos princípios das eleições livres, do estado de direito e da tolerância política, a geração que só viveu o regime democrático aderir mais ao princípio da liberdade de manifestação e a da transição apoiar mais a independência dos poderes - as diferenças nunca são significativas e são de pouca magnitude. Portanto, não parece existir um efeito geracional nítido em relação aos princípios democráticos aqui analisados.



**Tabela 11 - Percentual de Adesão aos princípios democráticos por gerações políticas no Brasil (2012).**

Adesão à	Geração Democracia	Geração Transição	Geração Ditadura	Total	Teste de Chi-quadrado
Eleições livres e competitivas	646 82,08%	186 85,32%	279 86,92%	1111 83,79%	0,112
Liberdade de manifestação pacífica	431 52,24%	117 49,79%	166 48,97%	714 51,04%	0,547
Independência dos poderes	680 85,32%	196 87,50%	267 83,96%	1143 85,36%	0,517
Estado de direito	575 70,29%	156 66,95%	252 74,56%	983 70,77%	0,130
Tolerância política	320 40,25%	86 39,45%	134 40,73%	540 40,24%	0,956

Fonte: Barômetro das Américas 2012.

Para aprofundar a análise, realizamos modelos de regressão controlando por outros fatores para as duas medidas, sendo que, no caso dos princípios, fizemos análises para cada um em separado e também para um índice somatório chamado de adesão multidimensional. Na Tabela 12, mostramos cinco modelos de regressão logística binária para cada um dos princípios democráticos. Na Tabela 13, apresentamos dois modelos de regressões, o primeiro logístico binário para a medida mais comum de adesão churchilliana e o segundo de regressão de mínimos quadrados para a medida multidimensional (0 a 5). Buscamos verificar se as diferenças entre as gerações no tocante à adesão permanecem controlando por outros fatores.

## 5.2.2 Análise de regressão

**Tabela 12 – Regressão logística binária para adesão aos cinco princípios democráticos – Brasil (2012).**

	Eleições livres	Liberdade Manifestaç.	Indep. poderes	Estado de direito	Tolerância política
	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)	Razão de chance (Erro padrão)
<b><i>Gerações Políticas</i></b>					
Ger1 Democracia	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
	1,266	1,016	1,212	0,832	1,003
Ger2 Transição	(0,286)	(0,163)	(0,278)	(0,137)	(0,202)
Ger3 Ditadura	1,494*	0,962	0,950	1,245	1,024
	(0,310)	(0,137)	(0,189)	(0,198)	(0,142)
<b><i>Variáveis de controle</i></b>					
Local de residência					
(urbano)	1,285 (0,302)	1,019 (0,183)	0,65* (0,185)	0,817 (0,163)	1,352 (0,259)
Sexo (masculino)	1,047 (0,164)	1,460*** (0,168)	0,766* (0,125)	0,788* (0,097)	1,432*** (0,168)
Escolaridade (em anos)	1,017 (0,025)	1,055*** (0,019)	1,042* (0,026)	1,015 (0,02)	1,02 (0,019)
Renda (0 a 4 frações)	1,011 (0,068)	0,986 (0,046)	0,987 (0,067)	0,978 (0,049)	1,02 (0,048)
Interesse por política	1,183* (0,116)	1,436*** (0,093)	1,117 (0,01)	1,001 (0,068)	1,243*** (0,081)
Constante	2,616*** (0,780)	0,388*** (0,09)	6,197*** (2,098)	2,962*** (0,716)	0,273*** (0,061)
Pseudo-R <sup>2</sup>	0,0100	0,0346	0,0099	0,0064	0,0177
Observações (N)	1265	1324	1268	1315	1275

Fonte: Barômetro das Américas (2012). Nota: \*\*\* significativo ao nível de 0.1%; \*\* significativo ao nível de 1%; \* Significativo ao nível de 5%.

Nos modelos da Tabela 12, encontramos significância estatística apenas na adesão a eleições livres. A geração que viveu os dois regimes mostrou 49,4% mais apoio as eleições livres e competitivas do que a geração democracia controlando-se pelos demais fatores. Talvez a experiência e vivência num regime que suprimiu liberdades políticas no auge do seu período de socialização política na ditadura expliquem um pouco esse maior apreço a esse princípio do que para as outras gerações.

Se levarmos em consideração somente a magnitude dos coeficientes, os resultados mostram o mesmo padrão da tabela descritiva apresentada anteriormente, exceto para liberdade de manifestação que na tabela descritiva apresentava maior adesão por parte da geração democracia e no modelo de regressão é a geração da transição que demonstra maior adesão a esse princípio. Portanto, novamente não verificamos uma diferença geracional no país no tocante a adesão aos princípios democráticos.

**Tabela 13 – Regressão para adesão a democracia Modelo1 (convencional - logística) e Modelo2 (multidimensional - linear).**

	Modelo1	Modelo2
	Razão de chance ou Exp(B) (Erro padrão)	Coef. Beta (Erro padrão)
<i>Gerações Políticas</i>		
Ger1 Democracia	Ref.	Ref.
Ger2 Transição	1,2 (0,222)	0,02 (0,086)
Ger3 Ditadura	1,462** (0,241)	0,076 (0,079)
<i>Variáveis de controle</i>		
Local de residência (urbano)	0,966 (0,193)	0,062 (0,101)
Sexo (masculino)	1,073 (0,13)	0,081 (0,066)
Escolaridade (em anos)	1,042** (0,02)	0,028*** (0,011)
Renda (0 a 4 frações)	1,045 (0,053)	0,012 (0,027)
Interesse por política	1,167** (0,082)	0,198*** (0,035)
Constante	0,929 (0,227)	2,703*** (0,129)
Pseudo R <sup>2</sup> Mod1/ R <sup>2</sup> Mod2	0,0126	0,0424
Observações (N)	1238	1169

Fonte: Barômetro das Américas (2012). Nota: \*\*\* significativo ao nível de 0.1%; \*\* significativo ao nível de 1%; \* Significativo ao nível de 5%.

Observando a Tabela 13 verificamos como esperávamos para o Modelo1 da medida de adesão churchilliana diferenças geracionais significativas no tocante a adesão à democracia. Aqueles que pertencem a geração da “ditadura” aderem significativamente mais ao regime democrático do que aqueles que pertencem a geração democracia, resultado similar ao que verificamos para mesma medida de apoio para a América Latina. Porém, para o Modelo 2 da medida multidimensional (somatórios dos princípios democráticos), não encontramos tais diferenças geracionais significativas. Portanto, há um efeito geracional para medida simples de adesão, mas quando levamos em conta uma medida mais robusta de apoio ao regime os efeitos desaparecem. Isso parece indicar uma complexidade do efeito geracional, que varia em relação a medida de apoio utilizada. O efeito existe, mas sua força e direção dependem do tipo específico de atitude testada. A primeira medida coloca em evidência a comparação entre regimes (democrático e autoritário) e talvez por isso favoreça manifestações distintas por parte das gerações. A medida multidimensional por ser menos direta e não colocar em evidência o regime autoritário, talvez seja menos capaz de capturar e lembrar a geração mais velha os sentimentos negativos da experiência direta com o regime autoritário.

Esses resultados, incluindo as tabelas descritivas e as análises explicativas para cada princípio democrático, corroboram em parte nossa hipótese baseada nos resultados de Lagos e Moreno (2013), de que as gerações mais velhas demonstram um maior grau de apoio à democracia. Ou seja, o fato de gerações mais velhas poderem comparar o velho e o novo regime resulta numa maior adesão à democracia no país quando se comparam os dois regimes. Isso, porém, não vem acompanhado de uma maior adesão aos princípios e normas do regime democrático, exceto para um dos princípios mais fundamentais do regime, o de eleições livres e competitivas, nesse caso as gerações mais velhas também demonstraram uma maior adesão. Portanto, podemos dizer que o efeito geracional ocorre no Brasil, mas não em relação a todas as dimensões democráticas. É positivo que já passado um bom tempo do regime autoritário no país as diferentes gerações apresentem níveis de adesão similares a princípios democráticos como o da participação, o da limitação do poder do Executivo, o do estado de direito e o da tolerância política, pois mostram que tanto as gerações mais novas como as mais velhas os têm valorizado da mesma forma. Por outro lado, a geração que viveu os dois regimes apresenta maior preocupação que as demais quando a questão são eleições

livres ou comparar os regimes que viveu. Esse resultado corrobora a interpretação de Lagos e Moreno (2013) de que as gerações mais velhas teriam lembranças do regime autoritário e da falta de competição política, o que poderia torná-las mais propensas a apoiar a democracia em face ao regime autoritário e em nosso estudo também ao princípio de eleições livres e competitivas, enquanto as gerações mais jovens nunca tiveram direitos civis e políticos ameaçados.

## 6) Considerações finais

Na investigação empreendida no presente estudo para se pensar os efeitos geracionais em novas democracias, mais especificamente na América latina, mostrou-se necessário, inicialmente, delimitar o enquadramento teórico dos estudos sobre o tema na ciência política. Para tanto, as análises começaram nos estudos sobre socialização política, posteriormente, adentrando especificamente no campo de estudos sobre geração e comportamento político, verificando como diversos autores têm operacionalizado e trabalhado os efeitos de geração em relação a diferentes atitudes e comportamentos políticos. Também foram discutidas as perspectivas concorrentes do efeito do ciclo de vida e do período que trazem desafios e novos modelos explicativos para formação das atitudes políticas através do tempo. Dessa forma, fez-se necessário iniciar a pesquisa com análises exploratórias dos efeitos do ciclo de vida testados em escala mundial com dados do World Values Survey (WVS). Esse panorama geral possibilitou afirmar, posteriormente, com mais confiança que os efeitos geracionais encontrados não são simplesmente efeitos da passagem da vida, uma vez que não se verifica um padrão universal de adesão à democracia associado a determinadas fases do ciclo de vida.

A maioria dos estudos sobre atitudes democráticas relegam a dimensão geracional a um segundo plano e utilizam a variável “idade” apenas como controle em seus modelos. Neste trabalho, enfatizou-se o papel chave do fator geracional no processo de formação e mudança dessas atitudes, especialmente nas novas democracias. Para este propósito, o presente estudo analisou os efeitos geracionais na América Latina, diferenciando os cidadãos que foram socializados no regime democrático daqueles que tinham experiência política também com o regime autoritário. Afinal, são as atitudes das gerações mais velhas mais democráticas por causa da lembrança ainda viva do regime autoritário? Seria o impacto desta experiência condicionado pela habituação democrática e a qualidade do regime político? Essas duas perguntas sustentaram as hipóteses da pesquisa. Operacionalizando essas duas gerações políticas para os países latino-americanos e construindo os indicadores de legado democrático e autoritário de cada país (baseados na qualidade e duração dos regimes) foi possível testar em modelo hierárquico a presença de diferenças geracionais na região e se elas são condicionadas

pelos diferentes legados dos países. Enquanto a primeira hipótese foi confirmada, a segunda não foi sustentada por análise empírica. O resultado do teste da primeira hipótese contradiz a tese de Mishler e Rose que, após a transição democrática, os efeitos "universais" do desempenho político e econômico substituiriam os efeitos geracionais. Algumas décadas após a transição democrática em vários países latino-americanos, ainda encontramos efeitos geracionais presentes.

Outro objetivo deste trabalho foi analisar os efeitos geracionais especificamente para o Brasil. Para esse propósito foi feita uma operacionalização de gerações mais criteriosa quanto aos momentos históricos do país, diferenciando os cidadãos que foram socializados no regime democrático, na transição e na ditadura. Também se utilizou várias medidas de adesão à democracia: a medida "churchilliana"; a aceitação a cinco princípios e normas democráticas; e um indicador somatório desses princípios. Isso possibilitaria qualificar melhor a adesão ao regime democrático no país e verificar se existe uma predisposição maior para algumas gerações adotarem certos princípios em relação a outros.

Os resultados corroboraram em parte as hipóteses do estudo para o Brasil, constatando-se que as gerações mais velhas, capazes de comparar suas experiências do velho com o novo regime, demonstram um maior grau de apoio à democracia e ao princípio de eleições livres e competitivas. No entanto, elas não manifestam maior apoio aos outros quatro princípios democráticos analisados. Em geral não foram encontradas diferenças significativas entre as gerações no tocante a adesão aos princípios democráticos tanto em estatísticas descritivas como em análises controlando por outros fatores. Isso indica a complexidade do efeito geracional, que varia em relação à medida de apoio utilizada. A primeira medida coloca em evidência a comparação entre regimes (democrático e autoritário) e talvez por isso gere atitudes distintas por parte das gerações. Cabe ressaltar que Del Porto (2012) não encontrou evidência de efeitos geracionais em seu estudo em relação a várias medidas de apoio e confiança para o Brasil, ressaltando que a passagem do tempo e a aprendizagem institucional com o regime democrático de grupos de indivíduos com diferentes experiências políticas seriam responsáveis pela ausência de diferenças substantivas na adesão ao regime democrático. Talvez seja isso que se verificou em relação a maioria dos princípios democráticos, porém quando confrontados com a alternativa autoritária os cidadãos da

geração mais velha tendem a manifestar um apego maior a democracia do que aqueles de outras gerações.

Por fim, ressalta-se que futuros trabalhos podem obter ganhos maiores ao lidar com os efeitos do ciclo de vida em análises com um espectro temporal maior, o que não foi o caso do presente estudo. Da mesma forma, dados longitudinais podem contribuir para verificar se diferenças geracionais estão diminuindo com o tempo ou se nunca estiveram presentes no Brasil e nos outros países da América Latina. Em trabalhos futuros outras medidas mais robustas do conceito de legado autoritário podem considerar outras dimensões (tais como o nível de violação dos direitos humanos, nível de violência do regime, número de pessoas mortas e desaparecidas, crescimento econômico, número de protestos ocorridos no período), possibilitando assim uma melhor comparação entre os tipos de regimes autoritários de cada país.



## 7) Referências Bibliográficas

- ABRAMSON, Paul R., 1976. "Generational Change and the Decline of Party Identification in America: 1952-1974" *The American Political Science Review* 70(2):469-478.
- ALMOND, G. & VERBA, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- BECK, P.A., & JENNINGS, M. K. (1979). Political periods and political participation. *American Political Science Review*, 73(3), 737–750.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. (1985). *A construção da realidade social: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BLAIS, A., GIDENGIL, E., NEVITTE, N., NADEAU, R. 2004. "Where Does Turnout Decline Come From?" *European Journal of Political Research*. V. 43, pp. 221-236.
- BRAUNGART, R. G. 1975. "Youth and Social Movements." In: *Adolescence in the Life Cycle: Psychological Change and Social Context*, ed. Sigmund E. Dragastin and Glen H. Elder, Jr. Washington, DC: Hemisphere.
- BOOTH, J., & SELIGSON, M. A. (2009). *The legitimacy puzzle: Democracy and political support in eight Latin American nations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- CARRERAS, M. & CASTAÑEDA-ANGARITA, N. (2012). Voters' Resources and Electoral Participation in Latin America. *Em Debate*, Belo Horizonte, 4 (3): 11- 24.
- CASALECCHI, Gabriel. A. O legado democrático e o compromisso com a democracia: evidências na América Latina. In: *39º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2015.
- CATTERBERG, Gabriela. Intergenerational Value Change and Transitions. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 3, p. 51-78, 2013.
- COLEN, C. M. L. (2009). *Os determinantes do apoio à democracia nos países da América Latina*. 2009. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CONVERSE, Philip E. 1976. *The Dynamics of Party Support: Cohort-Analyzing Party Identification*. Beverly Hills, CA: Sage.

DALTON, Russell J. (2004). *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Good Citizen: How A Younger Generation Is Reshaping American Politics*, revised edition. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2009.

DEL PORTO, F. B. “Jovens da democracia”? : valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989-2006). Tese de Doutorado (Departamento de Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2012.

DELLI CARPINI, Michael X. 1989. “Age and History: Generations and Sociopolitical Change.” In: Roberta S. Sigel, ed., *Political Learning in Adulthood*. Chicago: University of Chicago Press. p.11-55.

DIAMOND, Larry. *The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World*. New York: Henry Holt. 2008.

EASTON, D. (1965). *A system analysis of political life*. Nova York, Wiley.

EASTON, D., & DENNIS, J. (1969). *Children in the political system*. New York: McGraw Hill.

EVANS, G. e ROSE, P. (2007). *Education and Support for Democracy in Sub-Saharan Africa: Testing Mechanisms of Influence*. Afrobarometer Working Paper 75. Capetown, SA: Afrobarometer.

FIELDHOUSE, E., TRAMMER, M., & RUSSELL, A. (2007). Something about young people or something about elections? Electoral participation of young people in Europe: Evidence from a multilevel analysis of the European Social Survey. *European Journal of Political Research*, 46, 797-822.

FILLIEULE, O. (2013b). Age and social movements. In D. A. Snow, D. Della Porta, B. Klandermans, & D. McAdam (Eds.), *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements* (pp.12-15). Oxford: John Wiley and Sons Ltd.

FLANAGAN, C.; OSGOOD, D. W.; BRIDDELL, L.; WRAY, L.; SYVERTSEN, A. *The Changing Social Contract at the Transition to Adulthood: Implications for Individuals and the Polity*. In R. Silbereisen, *Social and Political Change in Adolescent Development*. Invited paper symposium for the biennial meetings of the Society for Research on Adolescence, San Francisco, CA, March, 2006.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, Ludmila. Os efeitos da sofisticação política no sistema de crenças democrático. In: IX Encontro da ABCP, 2014, Brasília. Anais do IX Encontro da ABCP, 2014.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.; RIBEIRO, Ednaldo. Os condicionantes individuais e contextuais da coesão do sistema de crenças democrático. In: I Seminário Nacional sobre Comportamento Político e Opinião Pública. Florianópolis, 2014.

GOERRES, Achim. 2007. "Why Are Older People More Likely to Vote? The Impact of Ageing on Electoral Turnout in Europe." *British Journal of Politics and International Relations*. Volume 9, Issue 1, p.90–121.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, Maio 2003, vol.9, no.1, p.1-43.

HITE, K. & CESARINI, P. (2004). *Authoritarian Legacies and Democracy in Latin America and Southern Europe*. University of Notre Dame Press, Notre Dame, IN.

HITE, K. & MORLINO, L. (2004). Problematizing the links between authoritarian legacies and "good" democracy. In: *Authoritarian Legacies and Democracy in Latin America and Southern Europe*. Eds. HITE, K. & CESARINI, P. University of Notre Dame Press, Notre Dame, IN, pp.25-83.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia*. Francis. 2005.

JACKMAN R. W., MILLER R. A. (2004). *Before Norms: Institutions and Civic Culture*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

- JENNINGS, M. Kent. Residues of a movement: the aging of the American protest generation. *American Political Science Review*, vol. 81, no. 2, Jun 1987.
- JENNINGS, M. Kent and STOKER, L. 2004. "Social Trust and Civic Engagement across Time and Generations", *Acta Politica*, 39: 342-379.
- JENNINGS, M. Kent . 1996. Political knowledge over time and across generations. *Public Opinion Quarterly*. 60, (2), 228-252.
- JENNINGS, M. Kent, & NIEMI, Richard. G. 1981. *Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents*. Princeton: Princeton University Press.
- KRISCHKE, P. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H. BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- LAGOS, M. & MORENO, A. Generational change and Democracy in Latin America. Capítulo a incluirse en el libro *Democratic Attitudes and Behaviour in Post-Authoritarian Societies*, coordinado por David Denemark, Richard Niemi, Robert Mattes y Russell Dalton, en proceso MORENO, Alejandro. *Value Cleavages Revisited*. No prelo, 2013.
- LAGOS, M. (1997). Latin America's smiling mask. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 3, p. 125-138.
- LEIGHLEY & NAGLER (1992). "Individual and Systemic Influences on Turnout: Who Votes? 1984. *The Journal of Politics*, 54, pp 718-740.
- LEIGHLEY, Jan E. 1995. "Attitudes, Opportunities, and Incentives: A Field Essay on Political Participation." *Political Research Quarterly* 48: 181–209.
- LOCHOCKI, Timo (2010): *Trends, Causes and Patterns of Young Peoples' Civic Engagement in Western Democracies: A Review of Literature*. Report 2010-5 of the Centre for Research on Civil Society & Voluntary Sector, Oslo/Bergen.
- MAGALHÃES, P. & MORAL, J. (2008), *Os Jovens e a Política*, Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, disponível

em:<[http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os\\_jovens\\_e\\_a\\_politica.pdf](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf)>. [Data de acesso: 15 de Novembro de 2014].

MANNHEIM, KARL. (1928). 1952. "The Problem of Generations". In *Essays on the Sociology of Knowledge*, ed. Paul Kecskemeti, pp. 276-320. Londres: Routledge and Kegan Paul.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano (2005). "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Opinião Pública*, vol. XI, nº 2.

\_\_\_\_\_. & PÉREZ-LIÑÁN, A. 2008. "Regime Legacies and Democratization: Explaining Variance in the Level of Democracy in Latin America, 1978-2004". Working Paper del Kellogg Institute for International Studies 354.

\_\_\_\_\_, BRINKS, D. & PÉREZ-LIÑÁN, A. (2001), "Classificando Regimes Políticos na América Latina (1945-1999)". *Dados*, vol. 44, nº 4, pp. 645-687.

\_\_\_\_\_, & PÉREZ-LIÑÁN, A. P. *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*. Cambridge University Press, 2013.

MATTES, R.; BRATTON, M. "Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience." *American Journal of Political Science*, v.51, n.1, p.192-217, Jan, 2007.

MILBRATH, L. & GOEL, M. L. 1977. *Political Participation: How and Why do People get Involved in Politics?* 2nd ed. Chicago: Rand McNally.

MILLER, A. H.; LISTHAUG, O. Political performance and institutional trust. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. New York: Oxford University Press, 1999.

MISHLER, W. & ROSE, R. Five years after the fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe. In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Theories in Post-communist Societies What Are the Origins of Political Trust? : Testing Institutional and Cultural. *Comparative Political Studies*, 34: 30, 2001.

\_\_\_\_\_. Learning and re-learning regime support: The dynamics of post-communist regimes. *European Journal of Political Research*, 41, 5-36, 2002.

\_\_\_\_\_. What are the political consequences of trust? A Test of Cultural and Institutional Theories in Russia. *Comparative Political Studies*, Vol. XX No. X, Month 2005.

\_\_\_\_\_. Generation, Age and Time: The Dynamics of Political Learning During during Russia's transformation". *American Journal of Political Science*, 51, 4, 822-834. 2007.

MOISÉS, J. A. Os Brasileiros e a Democracia bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. "A desconfiança das instituições democráticas". *Opinião Pública*, vol.11, nº1, p.33-63. Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais(RBCS)*, vol. 23, nº66. 2008

\_\_\_\_\_. Democracia e Confiança – Porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas? EDUSP. 2010.

MORLINO, Leonardo (2010). 'Authoritarian Legacies, Politics of the Past and the Quality of Democracy in Southern Europe: Open Conclusions' *SOUTH EUROPEAN SOCIETY & POLITICS* 15(3): 507-529.

MULLER, E. e SELIGSON, M. (1994). Civic culture and democracy: The question of causal relationships. *The American Political Science Review*, v. 88, n. 3, p. 635-652.

NEUNDORF, A. AND R. NIEMI. 2014. 'Beyond political socialization: New approaches in age, period, cohort analysis', *Electoral Studies*, 33(1): 1-6.

NIEMI, R. G. & SOBIESZEK, B. L. Political Socialization. *Annual Review Sociology*, v.3, p. 209-233, 1977.

NORRIS, P. (1999). *Critical Citizens: global support for democratic government*. Cambridge: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2011). *Democratic Deficit – Critical Citizens Revisited*. Cambridge. New York. 2011.

OKADO, L. T. A. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* Maringá. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Maringá. 2012.

OSBORNE, D., SEARS, D., VALENTINO, N., 2011. The end of the solidly democratic south: the impressionable years hypothesis. *Political Psychology* 32, 81–108.

PILCHER, J. (1994). Mannheim's sociology of generations: An undervalued legacy. *British Journal of Sociology*, 45, 481–495.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV. 1996.

\_\_\_\_\_, & PHARR, S. J. (2000), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University.

\_\_\_\_\_. (2000). "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, vol.6, n.o I, 1995, pp. 65-78.

RAUDENBUSH, S.W.; BRYK, A.S. *Hierarchical linear models. Applications and data analysis methods*. New York: Sage, 2002.

RIBEIRO, E. A. "Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, nº 28, 2007.

ROSE, R., MISHLER, W., HAERPFER, C. 1998. *Democracy and Its Alternative*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

RUSTOW, D. (1970). Transitions to Democracy: toward a dynamic model. *Comparative politics*, v. 2 n. 3, p. 337-363.

SCHLEGEL, R. *Educação e Comportamento Político. Os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente*. Tese de Doutorado (Departamento de Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2010.

- SCHMIDT, J.P. 2000. Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 356p.
- SCHUMAN, H. & CORNING, A. 2012. “Generational Memory and the Critical Period: Evidence for National and World Events”, *Public Opinion Quarterly*, Spring, 76 (1): 1-31.
- SEARING, D., WRIGHT, G., RABINOWITZ, G. 1976. “The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization.” *British Journal of Political Science* 6(1): 83– 113.
- SEARS. D. O. 1983. "The Persistence of Early Political Predispositions: The Roles of Attitude Object and Life Stage." In L. Wheeler and P. Shaver (eds.), *Review of Personality and Social Psychology*, Vol. 4. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1983, pp. 79-116.
- \_\_\_\_\_, & VALENTINO, Nicholas A. 1997. “Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization.” *American Political Science Review* 91:45-65.
- STOKER, L. & JENNINGS, M. K. Life-Cycle Transitions and Political Participation: The Case of Marriage. *The American Political Science Review*, Vol. 89, No. 2 (Jun., 1995), pp. 421-433.
- TESSLER, M., KONOLD, C., REIF, M. 2004. “Political Generations in Developing Countries: Evidence and Insights from Algeria.” *Public Opinion Quarterly*, vol. 68, p.184–216.
- TORCAL, M. & MONTERO, J. R. 2006. “Political Disaffection in Comparative Perspective,” in *Political Disaffection in Contemporary Democracies. Social Capital, Institutions, and Politics*. London: Routledge.
- VENTURI, G. ; BOKANY, V. . Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P.P.M.. (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, v., p. 351-368.
- WAAS, Hanna. 2007. “The Effects of Age, Generation, and Period on Turnout in Finland, 1975–2003.” *Electoral Studies* 26: 648–59.



WATTS, Meredith W. 1999. “Are There Typical Age Curves in Political Behaviour? The ‘Age Invariance’ Hypothesis and Political Socialization”. *Political Psychology* 20 (3):477–99.

WILKES, R. (2011). Re-thinking the decline in trust: A comparison of black and white Americans. *Social Science Research*, 40, 1596-1610.

WOOLDRIDGE, J. (2008). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning.